



Relatório Final
Estudo Qualitativo Sobre A Pobreza
Casos das províncias de Inhambane e Sofala

Equipa multidisciplinar de pesquisa do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane: Alexandre Mate, Joel das Neves Tembe, Carlos Arnaldo, Johane Zonjo, José Adalima, Emídio Gune



Discussion papers

No. 23P

Novembro de 2005

Direcção National de Estudos e
Análise de Políticas

Ministério de Planificação e
Desenvolvimento

República de Moçambique

O objectivo das publicações é estimular a discussão e troca de ideias sobre questões pertinentes para o desenvolvimento económico e social de Moçambique. Existem diferentes opiniões acerca da melhor maneira de fomentar o desenvolvimento económico e social. As publicações têm como objectivo abordar essa diversidade.

É de realçar que as ideias apresentadas nos documentos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não reflectem necessariamente o posicionamento do Ministério da Planificação e Desenvolvimento ou qualquer instituição do Governo de Moçambique.

O logo foi gentilmente providenciado pelo artista moçambicano Ndlozy.

Contact:

Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP)
Ministério de Planificação e Desenvolvimento
Av. Ahmed Sekou Touré nº 21, 4º andar

Maputo, Moçambique
Tel: (+258) 2 1 499442
Fax: (+258) 2 1 492625
Web: www.mpd.gov.mz

Equipa multidisciplinar de Pesquisa do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.
Maputo, C.P. 257

alexandremate@hotmail.com

jneves@zebra.uem.mz

jzonjo@yahoo.com.br



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

RELATÓRIO FINAL
ESTUDO QUALITATIVO SOBRE A POBREZA
INHAMBANE & SOFALA

Maputo, Novembro de 2005

ESTUDO QUALITATIVO SOBRE A POBREZA

Casos das províncias de Inhambane e Sofala

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA DA FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE.

Maputo, C.P. 257

alexandremate@hotmail.com

jneves@zebra.uem.mz

jzonjo@yahoo.com.br

A principal equipa de pesquisa responsável pelo projecto “Estudo Qualitativo sobre a Pobreza: Casos de Inhambane e Sofala” é composta por cinco membros provenientes de diferentes disciplinas académicas.

Alexandre Mate

Joel das Neves Tembe

Carlos Arnaldo

Johane Zonjo

José Adalima

Emídio Gune

Lista de Abreviaturas

ADRA – Associação para o Desenvolvimento de Recursos Adventistas

AF – Agregados Familiares

APP - Avaliação Participativa da Pobreza

DAA- Departamento de Arqueologia e Antropologia

DNPO - Direcção Nacional de Plano e Orçamento

EC – Escola Primária Completa

ECMEP – Empresa de Construção e manutenção de Estradas e Pontes

EP1 – Escola Primária do Primeiro Grau

EP2 – Escola Primária do Segundo Grau

FLECS- Faculdade de Letras e Ciências Sociais

HIV – Vírus de Imunodeficiência Adquirida

IAF - Inquérito aos Agregados Familiares

INE – Instituto Nacional de Estatística

MPD – Ministério do Plano e Desenvolvimento

MPF - Ministério do Plano e Finanças

ONGs – Organizações Não Governamentais

OBC's - Organizações baseadas na comunidade

PARPA – Plano para Redução da Pobreza Absoluta

PES - Plano Económico e Social

QUIBB - Questionário de Indicadores Básicos de Bem-estar

SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

UEM- Universidade Eduardo Mondlane

UNAC – União Nacional dos Camponeses

ZIP – Zona de Influência Pedagógica

Lista de Quadros

Quadro 1. Distritos seleccionados e critério de selecção

Quadro 2. Postos Administrativos e Localidades cobertos pelo IAF 2002/3 e o presente estudo

Quadro 3. Distribuição percentual de agregados familiares por número de membros por província

Quadro 4. Distribuição percentual dos agregados familiares por número de membros por província e sexo do chefe

Quadro 5. Tamanho médio do agregado familiar por características socio-económicas do chefe

Quadro 6. Distribuição percentual dos agregados familiares segundo profissão do chefe por província

Quadro 7. Percentagem de agregados familiares que criam animais domésticos e número médio de animais por província

Lista de Anexos

Anexo 1. Guião de entrevista aos agregados familiares

Anexo 2. Guião de entrevista aos informantes chaves

Anexo 3. Guião para grupos focais

Anexo 4. Descrição da equipa

Anexo 5. Composição das equipas de pesquisa (investigadores principais e assistentes) e a sua distribuição pelas províncias, distritos e respectivos postos administrativos e localidades, durante as duas fases.

Índice	Pg.
I. INTRODUÇÃO	1
Objectivos	1
Metodologia	3
Realização do trabalho de campo (Primeira e segunda fases).....	8
II. CARACTERIZAÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES ABRANGIDOS	10
Características dos chefes dos agregados familiares	14
Actividade agro-pecuária	15
Agricultura	15
Pecuária.....	15
III. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	17
1. PROVÍNCIA DE SOFALA.....	17
1.1. Percepções sobre a pobreza.....	17
Causas da pobreza.....	17
Distinção entre Pobres e não Pobres.....	20
Dinâmica da Pobreza	21
1.2. Lógicas de acção.....	24
Situação Socio-económica das Famílias.....	24
1.3. Avaliação da intervenção do governo	27
Bens criados (últimos 5 anos).....	27
Educação	27
Saúde.....	28
Água.....	30
Agricultura e Pecuária.....	31
Comunicações (Estradas e Rede Telefónica).....	33
Energia	34
Situação da Segurança	35
Percepções sobre as Iniciativas a serem Desenvolvidas pelo Governo	38
Iniciativas de Apoio aos Pobres (Governo e ONG'S)	39
Mudanças (localidade, família e indivíduo).....	39
1.4. Instituições, intervenção e participação	40
Participação na tomada de decisões.....	40
Mecanismos de resolução dos conflitos.....	43

2. PROVÍNCIA DE INHAMBANE	44
2.1. Percepções sobre a Pobreza	44
Causas da Pobreza.....	44
Distinção entre Pobres e não Pobres.....	46
Dinâmica da Pobreza	50
2.2. Lógicas de Acção	51
Situação Socio-económica das Famílias.....	51
2.3. Avaliação da Intervenção do Governo	56
Bens Criados (últimos 5 anos).....	56
Educação.....	56
Saúde.....	58
Água.....	60
Agricultura e Pecuária.....	62
Comunicações (Estradas e Rede Telefónica).....	63
Energia	65
Situação da Segurança	65
Percepções sobre as Iniciativas a serem Desenvolvidas pelo Governo	66
Iniciativas de Apoio aos Pobres (Governo e ONG's).....	67
Mudanças (localidade, família e indivíduo).....	68
2.4. Instituições, Intervenção e Participação	68
Participação na tomada de decisões.....	68
Mecanismos de resolução dos conflitos.....	69
IV. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO	70
4.1. Sobre as percepções e dinâmicas da pobreza	70
4.2. Sobre a avaliação das intervenções do governo	73
Educação.....	73
Saúde.....	74
Água.....	75
Agricultura e pecuária.....	76
Transportes e Comunicações	77
Energia	78
Segurança e participação na tomada de decisões.....	78
V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	80
VI. BIBLIOGRAFIA	88

VII. ANEXOS.....	90
ANEXO 1. GUIÃO DE ENTREVISTA AOS AGREGADOS FAMILIARES	90
ANEXO 2. GUIÃO DE ENTREVISTA AOS INFORMANTES CHAVES	97
ANEXO 3. GUIÃO PARA GRUPOS FOCAIS	108
ANEXO 4. DESCRIÇÃO DA EQUIPA DE PESQUISA	109
ANEXO 5. COMPOSIÇÃO DAS EQUIPAS DE PESQUISA (INVESTIGADORES PRINCIPAIS E ASSISTENTES) E A SUA DISTRIBUIÇÃO PELAS PROVÍNCIAS, DISTRITOS E RESPECTIVOS POSTOS ADMINISTRATIVOS E LOCALIDADES, DURANTE AS DUAS FASES.	112

I. INTRODUÇÃO

Objectivos

O propósito do presente Estudo foi o de avaliar/contribuir para a compreensão das condições sociais em que se implementa o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) em Moçambique. A pesquisa enquadra-se dentro da Estratégia de Monitoria e Avaliação do Plano de Acção Para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) desenvolvida pela Direcção Nacional do Plano e Orçamento (DNPO) do Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD), que define a avaliação de impacto (qualitativa e participativa) como um mecanismo para aferir o grau de desempenho das políticas públicas junto aos beneficiários através da obtenção de informações sobre as condições de vida, as respectivas mudanças, as diversas percepções por parte dos beneficiários dos programas, e a proximidade das instituições públicas dos seus parceiros e grupo alvo.

Nesse contexto, a Direcção Nacional do Plano e Orçamento (DNPO) em coordenação com o Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (FLECS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), constituíram uma parceria para proceder a uma avaliação¹ do impacto do PARPA em duas províncias de Moçambique, designadamente, Inhambane e Sofala.

Assim, e de acordo com os termos de referência da DNPO do MPD, o objectivo geral do estudo era de:

- Identificar as causas e efeitos nas mudanças da situação de pobreza e os seus principais factores através das percepções/opiniões de agregados familiares, desagregados em subgrupos principais, nas duas províncias, com a finalidade de contribuir no esclarecimento das razões dos resultados diferentes na redução da pobreza.

¹ Qualitativa e participativa.

A um nível específico, o estudo visava:

- Captar percepções subjectivas sobre pobreza e suas principais determinantes nos diversos subgrupos sociais (combinação entre técnicas qualitativas e participativas);
- Captar comentários e atribuições sobre as mudanças positivas e/ou negativas e os principais factores responsáveis, ocorridos nos últimos anos, e sobre principais factores responsáveis pela melhoria/não melhoria da situação dos mesmos subgrupos;
- Recolher opiniões sobre a mais-valia (em termos de necessidades/prioridades, utilidade, qualidade e sustentabilidade) produzida pelos bens e serviços públicos fornecidos e sobre o seu grau de contribuição na melhoria do bem estar nos diversos subgrupos;
- Captar as respectivas experiências sobre as possibilidades de participação nos processos de tomada de decisão/de monitoria das políticas públicas.

Por seu turno, a nível analítico, o Estudo debruçou-se em:

- 1) Triangular os resultados da pesquisa com os inquéritos quantitativos existentes em particular o IAF/QUIBB e,
- 2) Interpretar os resultados com a finalidade de criar “inputs” para estratégias de luta contra a pobreza (planificação).

Metodologia

Para a concretização do presente estudo, o DAA constituiu uma equipa multidisciplinar composta por 6 investigadores. De acordo com os termos de referência, eram responsabilidades da equipa:

- a. Definir a abordagem, os métodos e técnicas a utilizar, em cooperação com a DNPO;
- b. Seleccionar os agregados familiares e os locais a pesquisar (quatro distritos por província, e em cada distrito dois Postos Administrativos, e em cada Posto Administrativo, duas localidades com características diferentes), em cooperação com a DNPO;
- c. Constituir e formar as equipas para a condução da pesquisa;
- d. Realizar um pré-teste que serve para testar os instrumentos de pesquisa, capacitação das equipas de pesquisa e avaliação;
- e. Executar – em duas fases – da pesquisa de campo nos distritos e locais seleccionados;
- f. Analisar e interpretar os dados;
- g. Triangular com os resultados dos inquéritos quantitativos existentes (IAF/QUIBB), bem como as informações das Avaliações Participativas da Pobreza de 1995/6 e 2001; e
- h. Respeitar os prazos de acordo com o calendário previsto.

Tendo em linha de conta os objectivos e as responsabilidades constantes nos termos de referência e atrás mencionados, para cada grupo alvo pré-seleccionado, foram elaborados os seguintes instrumentos de pesquisa:

- Guião de entrevistas semi-estruturadas dirigido aos agregados familiares;
- Guião de entrevistas semi-estruturadas orientado aos informantes considerados chaves e;
- Guião para discussão em grupos focais;

Após a elaboração dos instrumentos do Estudo, seguiu-se a selecção dos distritos que seriam abrangidos pela pesquisa nas duas províncias, obedecendo a critérios que permitissem captar realidades sócio, económica e culturais existentes em cada uma das províncias. Segue-se a lista de critérios usados para o efeito:

- A facilidade ou dificuldade de acesso às vias de comunicação;
- A susceptibilidade às catástrofes naturais tais como seca, cheias, etc.;
- A questão do distrito estar no interior ou no litoral;
- A diversidade étnica e cultural, ou seja, abarcar os principais grupos etnolinguísticos representativos de cada província
- As influências religiosas das áreas de estudo: se são áreas islamizadas ou cristianizadas;
- O tamanho da população do distrito;
- Índice de riqueza e pobreza do distrito (Adam & Coimbra 1996);
- Ter sido incluído ou não nas anteriores avaliações participativas;

Tendo como base os critérios atrás referidos, foram seleccionados os distritos que se apresentam no quadro 1.²:

Quadro 1. Distritos seleccionados e critério de selecção

PROVÍNCIA	DISTRITO	CRITÉRIO
Inhambane	Maxixe	Localizada no litoral Meio urbano e peri-urbano Diversidade etnolinguística e cultural Abranger outros grupos etnolinguísticos, para além do Bitonga Dinâmica económica Abranger a influência da religião islâmica
	Zavala	Localizada no extremo sul da província Forte concentração populacional Abranger o grupo etnolinguístico Chope 5º distrito mais pobre da província
	Massinga	Dinâmica económica e cultural Abranger o grupo etnolinguístico Matsua Maior fornecedor provincial de mão-de-obra para as minas da África do Sul Forte concentração populacional Abrangido pela Avaliação Participativa da Pobreza de 2001 7º distrito mais pobre da província
	Funhalouro	Fraca concentração populacional Localizada no interior 1º distrito mais pobre da província
Sofala	Beira	Localizada no litoral Meio urbano e peri-urbano Diversidade etnolinguística e cultural Abranger outros grupos etnolinguísticos, para além do Ndaue Sena Dinâmica económica Abranger a influência da religião islâmica
	Nhamatanda	Localizada ao longo do corredor da Beira População reassentada devido a guerra Forte concentração populacional 11º distrito mais pobre da província
	Chibabava	Localizada no extremo sul e interior da província Abrangido pela Avaliação Participativa da Pobreza de 2001 Concentração moderada da população Abranger o grupo etnolinguístico ndau 9º distrito mais pobre da província
	Cheringoma	Localizada no extremo norte da província Fraca concentração populacional Abranger o grupo etnolinguístico Sena 4º distrito mais pobre da província

² Quanto a selecção dos Postos Administrativos, Localidades, Bairros e/ou aldeias, esta foi feita no terreno em coordenação com as autoridades locais.

Importa salientar que alguns dos postos administrativos e localidades onde decorreu o presente estudo coincidem com os que fizeram parte da amostra do IAF 2002/2003 (ver o Quadro 2.).

Quadro 2. Postos Administrativos e Localidades cobertos pelo IAF 2002/3 e o presente estudo

PROVÍNCIA	DISTRITO	P. ADMIN.	LOCALIDADE	
SOFALA	Chibabava	Muxunguè	Mucheve	
			Pandja	
		Goonda	Hamamba Mutindiri	
	Beira	Posto nº 3	Chingussura Vila Massane	
		Posto nº 2	Munhava Managa Chota	
	Cheringoma	Inhaminga	Mazamba Maciamboza	
		Inhamitanga	Chirimadzi Matondo	
	Nhamatanda	Tica	Cheadea Lamego	
		Nhamatanda-sede	Metuchira Siluvo	
	INHAMBANE	Massinga	Massinga-sede	Rovene Lihondzuane
			Chicomo	Chicomo-sede Malamba
Funhalouro		Tome	Tome-sede Tsenane	
		Funhalouro	Mavume Manhiça	
Zavala		Quissico	Quissico Mavila	
		Zandamela	Maculuve Guilundo	
Maxixe			Bembe Chambone Nhamachacha Nhabanda	

Nota: em negrito (bold) os Postos administrativos e localidades também incluídas no IAF 2003

De um total de 48 locais (16 postos administrativos e 32 localidades) foram seleccionados para o presente estudo 27 (13 postos administrativos e 14 localidades) ou seja, 56.6% tinham feito parte da amostra IAF(2002/2003). Quando desagregados estes indicadores verifica-se que a presente pesquisa decorreu em 16 postos administrativos dos quais 13 ou seja (81.2%) tinha feito parte da amostra do IAF. Em termos de localidades, foi abarcado um universo de 32 das quais 14 representando uma cifra de 43.8% tinham sido também abarcadas pela amostra do mesmo IAF.

Como já foi salientado nesta mesma secção, como ponto de partida para o estudo apenas forma definidos critérios para a selecção dos distritos. A selecção dos postos administrativos e das localidades foi feita no próprio terreno, pelo que em termos metodológicos não houve por parte da equipa de pesquisa nenhuma intenção prévia de visitar áreas que já tinham sido cobertas pelo IAF (2002/2003). As cifras sobre as coincidências que são apresentadas foram apenas constatadas durante o processamento e análise dos resultados.

Para operacionalizar o Estudo, foi necessário proceder a selecção de assistentes para a pesquisa, tendo sido numa primeira fase recrutados 12 estudantes finalistas seguindo os seguintes critérios:

- Ser estudante finalista de um curso de ciências sociais, particularmente das áreas de Antropologia, Sociologia, História e Ciência Política;
- Ser um falante fluente das línguas de uma das províncias de estudo;
- Ter experiência em pesquisa social, sobretudo usando entrevistas semi-estruturadas.

Após o seu recrutamento, a equipa do DAA, em coordenação com a DNPO, submeteu-os a um treino, que visava familiarizá-los com os objectivos e procedimentos práticos a adoptar durante a entrevista, bem como a discussão dos instrumentos de pesquisa, nomeadamente: o guião de entrevistas semi-estruturadas dirigido aos agregados

familiares³; o guião de entrevistas semi-estruturadas orientado aos informantes considerados chaves e o guião para discussão em grupos focais.

O referido treino congregou uma parte teórica e outra prática, tendo sido distribuído um manual de formação, contendo detalhes do Estudo, nomeadamente, os objectivos, a abordagem, os métodos, os grupos alvos, bem como os guiões de entrevistas a aplicar durante o Estudo.

A capacitação teórica foi complementada com o ensaio dos instrumentos de pesquisa, através da realização de um pré-teste em dois locais, nomeadamente, no Bairro da Polana Caniço na cidade de Maputo e, em Marracuene. Esta etapa de formação terminou com o apuramento de 8 dos 12 candidatos, ficando os restantes como suplentes. A selecção destes foi feita de acordo com os seguintes critérios:

- Habilidade em relação ao domínio dos instrumentos de pesquisa;
- Facilidade de comunicação com as outras pessoas;
- Domínio da língua portuguesa e local;
- Capacidade de redigir um relatório de campo com qualidade.

Realização do trabalho de campo (Primeira e segunda fases)

O trabalho de campo foi realizado em duas fases. Assim, as equipas de pesquisa⁴ deslocaram-se aos distritos seleccionados, onde foram reforçadas no terreno com guias locais. Estes foram recrutados entre professores locais, funcionários de agências, enfermeiros, extensionistas, entre outros.

A recolha de dados que correspondeu à primeira fase da pesquisa foi feita entre os dias 22 e 30 de Abril de 2005, enquanto a segunda decorreu de 29 de Junho a 8 de Julho do mesmo ano.

³ Este guião de entrevistas aos agregados familiares foi acompanhado por um pequeno questionário cujo objectivo era de recolher algumas características socio-económicas dos agregados inquiridos.

⁴ Compostas por investigadores principais e assistentes.

O trabalho de campo consistiu na realização de um total de 164 entrevistas semi-estruturadas aos agregados familiares (homens e mulheres) em cada uma das fases, o que totalizou 328 nas duas; 64 entrevistas aos informantes considerados chaves (directores de escolas, professores, enfermeiros, polícias comunitários, comerciantes, agricultores, chefes de postos administrativos, régulos, presidentes de localidades, etc.), em cada uma das fases, totalizando 128; 8 grupos focais realizados com mulheres e homens, por fase, o que fez um total de 16 grupos focais. Igualmente foi feita a observação directa no terreno para a caracterização das áreas de estudo bem como algumas conversas informais.

No decurso do trabalho as equipas privilegiaram os encontros de concertação antes da recolha de dados, onde eram discutidas questões metodológicas e éticas do processo, bem como aspectos técnicos de condução das entrevistas. No final de cada jornada, novo encontro tinha lugar visando fazer o balanço das actividades realizadas.

Nesse processo foram utilizados os dois instrumentos acima referidos, designadamente, o guião para a obtenção da informação quantitativa para a caracterização dos agregados familiares, e o guião das entrevistas semi-estruturadas a partir do qual procuramos colher informação qualitativa dos membros dos agregados familiares entrevistados. A partir deste guião, não era nosso objectivo procurar quantificar as percepções dos entrevistados, mas obter padrões mais frequentes sobre as questões apresentadas. Esta foi a nossa linha de orientação.

Alguns dos resultados apurados durante o estudo, podem não coincidir completamente com os do IAF 2002/2003. Um outro aspecto a registar é o facto de o presente estudo ter-se realizado numa conjuntura em que as populações eram afectadas por uma seca severa e este facto pode ter influenciado no tipo de respostas que os entrevistados deram.

II. CARACTERIZAÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES

ABRANGIDOS

Como foi atrás referido, o guião de entrevistas aos agregados familiares foi acompanhado por um pequeno questionário quantitativo, cujo objectivo era de recolher algumas características socio-económicas dos agregados familiares. Assim, este capítulo apresenta algumas características dos agregados familiares (AF) abrangidos e compara-as com as características dos AF cobertos pelo Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) de 2002/3.

No geral, foram abrangidos pelo estudo 328 agregados familiares, metade na província de Sofala e outra metade na Província de Inhambane. Cerca de 20 por cento dos AF abrangidos residem na área urbana, sendo 24% em Sofala e 15% em Inhambane. O quadro 2 mostra a distribuição percentual dos agregados familiares de acordo com o número de membros que os compõem.

Quadro 3: Distribuição percentual de agregados familiares por número de membros por província

Nº membros AF	Estudo qualitativo 2005 ^a			IAF 2002/3 ^b	
	Sofala	Inhambane	Total	Sofala	Inhambane
1-2	10.1	14.1	11.6	12.4	26.0
3-4	22.5	18.2	20.3	28.2	28.2
5-6	25.1	28.6	26.9	28.8	23.6
7+	42.2	40.1	41.2	30.5	22.2
Tamanho médio do AF					
Total membros AF	6.5	6.6	6.6	5.6	4.7
Membros 0-17	3.8	3.5	3.6		
Membros 18-59	2.6	3.0	2.8		
Membros 60+	0.7	1.2	0.9		
Contribuem	1.9	2.1	2.0		
Incapazes	0.9	1.3	1.1		
Nº casos	164	164	328		

Fonte: ^aEstudo Qualitativo da Pobreza em Sofala e Inhambane 2005; ^bINE 2004.

Os dados do conjunto das duas províncias mostram que a maioria dos AF é composta por 7 ou mais membros (41.2%), seguindo-se os de 5 a 6 membros, 3 a 4 (20.3%) e, por último, os de 1 ou 2 membros (11.6%). Para a província de Sofala, este padrão de distribuição coincide com o registado pelo IAF de 2002/3 (INE 2004), enquanto que existe ligeira diferença entre o padrão deste estudo e o registado pelo IAF 2002/3 na província de Inhambane. Nesta província, os agregados familiares predominantes, de acordo com este estudo são, os com 7 ou mais membros enquanto o IAF 2003 registou que eram os com 3 a 4 membros.

Em média, os agregados familiares abrangidos por este estudo em ambas províncias são compostos por 7 (6.6) pessoas, tamanho superior ao registado pelo IAF 2002/3 de 5.6 para Sofala e 4.7 para Inhambane (INE 2004). Esta diferença sugere uma sobre-representação dos agregados familiares mais numerosos no estudo qualitativo em comparação com o IAF, reflectindo, em parte, diferenças na metodologia usada para a selecção dos agregados familiares. A amostra do IAF foi aleatória e estratificada (INE 2004) enquanto neste estudo, a selecção dos distritos, postos administrativos e localidades foi intencional, de acordo com determinados critérios já referidos na secção metodológica. Os agregados familiares foram seleccionados aleatoriamente.

Dos sete membros que em média compõem os agregados familiares das províncias em estudo, 3.6 têm menos de 18 anos de idade, 2.8 têm entre 18 e 59 anos e apenas 0.8 têm 60 ou mais anos de idade. Apenas dois membros por agregado contribuem para o sustento, o que significa que por cada pessoa exercendo alguma actividade de rendimento existem em média, para além dele próprio, 2.5 pessoas dependentes.

Os agregados familiares chefiados por mulheres são menos numerosos que os chefiados por homens (quadro 3). Por exemplo, em ambas províncias, a percentagem de agregados familiares compostos por 7 ou mais membros entre os agregados familiares chefiados por homens ultrapassa os 40% contra menos de 30 % nos agregados chefiados por mulheres.

Por outro lado, o número médio de membros a contribuir para o rendimento familiar é ligeiramente superior nos agregados familiares chefiados por homens do que nos chefiados por mulheres (2.0 a 2.3 contra 1.4 a 1.7, respectivamente), mas o número médio de dependentes por cada pessoa exercendo alguma actividade de rendimento, é igual, 2.3.

Quadro 4: Distribuição percentual dos agregados familiares por número de membros por província e sexo do chefe

Nº membros AF	Homens			Mulheres		
	Sofala	Inhambane	Total	Sofala	Inhambane	Total
1-2	5.6	12.2	8.7	25.6	14.5	28.8
3-4	19.6	15.4	17.7	30.2	23.2	25.9
5-6	26.6	26.0	26.3	20.9	33.3	28.6
7+	48.3	46.3	47.4	23.3	29.0	26.8
Tamanho médio do AF						
Total membros AF	7.2	7.2	7.2	4.6	5.6	5.2
Membros 0-17	4.1	3.7	3.9	2.8	3.1	3.0
Membros 18-59	2.8	3.1	3.0	1.7	2.7	2.3
Membros 60+	0.7	1.3	1.0	0.7	0.9	0.8
Contribuem	2.0	2.3	2.2	1.4	1.7	1.6
Incapazes	1.0	1.1	1.0	0.8	1.8	1.3

Fonte: Estudo Qualitativo da Pobreza em Sofala e Inhambane 2005.

O tamanho do agregado familiar também varia de acordo com a idade, educação, área de residência e profissão do chefe do agregado (quadro 4). Os agregados chefiados por camponeses são mais numerosos que os chefiados por pessoas desenvolvendo outras actividades; os rurais são mais numerosos que os urbanos; os chefiados por pessoas com idades entre 30 e 59 anos são mais numerosos que os chefiados por pessoas mais novas ou mais velhas. Em relação à educação, o tamanho médio do AF tende a aumentar à medida que o nível do chefe do AF aumenta. No entanto, devido ao menor número de casos em algumas categorias, estes resultados devem ser interpretados com algumas cautelas.

Quadro 5: Tamanho médio do agregado familiar por características socio-económicas do chefe

Características do chefe do AF	Sofala		Inhambane	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
Profissão				
Camponês	6.7	3.6	6.9	4.5
Outra	6.3	4.0	6.3	4.0
Área de residência				
Urbana	5.7	3.8	5.9	3.3
Rural	6.8	3.7	6.9	4.5
Idade				
< 30	5.3	2.4	5.2	2.7
30-39	7.1	3.1	6.2	3.3
40-49	7.3	4.2	7.6	4.9
50-59	7.5	3.9	7.6	4.8
60-69	5.9	4.8	6.7	4.7
70 +	5.7	3.7	4.6	3.1
Nível de formação				
Nenhum	6.1	4.0	6.9	5.2
Primário	6.8	3.3	6.5	3.9
Secundário ou superior	6.9	4.4	6.7	3.6

Fonte: Estudo Qualitativo da Pobreza em Sofala e Inhambane 2005.

Características dos chefes dos agregados familiares

Cerca de 30 por cento dos agregados familiares abrangidos pelo estudo são chefiados por mulheres, sendo a percentagem mais elevada em Inhambane (36%) que em Sofala (23%). Em termos etários, os chefes dos agregados familiares abrangidos têm uma média de idades de 51 anos (51 em Inhambane e 53 em Sofala), com cerca de 40 por cento deles com idades entre 30 e 39 anos.

Mais de 70% dos chefes dos agregados familiares abrangidos são casados e 36% (40% em Sofala e 32% em Inhambane) não têm nenhum nível de instrução. Dos que têm algum nível, apenas 19 por cento (16% em Inhambane e 23% em Sofala) tem um nível superior ao primário. Como consequência do baixo nível de instrução, apenas 17.4 % (16.7 % em Sofala e 18.6% em Inhambane) tem emprego assalariado como professores, motoristas, mecânicos padeiros ou operários. Os restantes são camponeses, pequenos vendedores, pescadores ou desempregados (quadro 5). Cerca de 63% em Sofala e 31% em Inhambane desenvolvem a mesma actividade dos seus pais.

Quadro 6: Distribuição percentual dos agregados familiares segundo profissão do chefe por província

Profissão	Sofala	Inhambane	Total
Camponês/agricultor	55.4	57.4	56.5
Comerciante/vendedor	7.1	6.7	6.9
Assalariado	21.2	24.6	23.0
Pescador	-	2.1	1.1
Desempregado	1.1	-	0.5
Líder comunitário/religioso/curandeiro	1.6	1.0	1.3
Outra	13.6	8.2	10.8

Fonte: Estudo Qualitativo da Pobreza em Sofala e Inhambane 2005.

Actividade agro-pecuária

Agricultura

Perto de 90% (92.5% em Sofala e 87.8% em Inhambane) dos agregados familiares entrevistados possuem machamba, entre os quais 89% (95% para Sofala e 83% para Inhambane) possuem título de propriedade. O número médio de machambas por agregado familiar é ligeiramente superior em Inhambane (2.4) do que em Sofala (1.9), embora isto não signifique, necessariamente, que os agregados familiares em Inhambane cultivem maior área do que os em Sofala, uma vez que não temos informação sobre o tamanho das referidas machambas.

Entre as principais culturas produzidas destacam-se o milho, mandioca, feijão nhemba e amendoim. O objectivo principal da agricultura nestes agregados é produzir alimentos para o consumo do AF, sendo os alimentos produzidos suficientes para a alimentação do AF durante todo o ano em apenas 29% dos agregados em Sofala e 40% em Inhambane.

Pecuária

Quase todos os agregados familiares entrevistados criam algum tipo de animal, com maior destaque para galinhas, cabritos, bois/vacas e patos. Mas existem umas diferenças entre as duas províncias. Os bois/vacas, cabritos e porcos são mais frequentes em Inhambane, enquanto as galinhas e patos são mais comuns em agregados familiares de Sofala. No entanto, o número médio de animais por agregado nem sempre segue o mesmo padrão. Por exemplo, a percentagem de AF familiares com bois/vacas é de 4.5% em Sofala e 37.2% em Inhambane, mas o número médio deste tipo de animais por agregado é maior em Sofala (12.7) do que em Inhambane (4.2).

Quadro 7: Percentagem de agregados familiares que criam animais domésticos e número médio de animais por província

Tipo de animais	% de AF com:			Número médio de animais		
	Sofala	Inhambane	Total	Sofala	Inhambane	Total
Bois/vacas	4.3	37.2	23.0	12.7	4.2	4.7
Cabritos	47.5	57.2	52.7	9.7	4.8	6.9
Porcos	6.5	47.7	30.7	2.0	2.7	2.6
Burros	1.1	4.0	2.6	12.0	1.3	4.0
Galinhas	79.2	74.4	76.8	11.4	9.2	10.3
Patos	34.2	28.6	31.4	5.4	4.3	4.9
Outros	23.0	7.8	16.4	9.1	3.3	7.9

Fonte: Estudo Qualitativo da Pobreza em Sofala e Inhambane 2005.

A criação de animais é, sobretudo para o consumo do agregado familiar (85% em Sofala e 81.3% em Inhambane) e venda enquanto vivos (15.4% e 16.4% para Sofala e Inhambane, respectivamente). Em Inhambane há ainda cerca de 2.2% de agregados que criam animais para outros fins.

III. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

1. PROVÍNCIA DE SOFALA

De acordo com os termos de referência, a província de Sofala era uma das escolhidas para o estudo e, como foi atrás referido, foram seleccionados os distritos de Cheringoma, Nhamatanda, Chibabava e Beira.

Houve quatro grandes tópicos de pesquisa que mereceram a preocupação da equipa de pesquisa, nomeadamente, as percepções sobre a pobreza; as lógicas de acção, avaliação da intervenção do governo; e, instituições, intervenção e participação.

1.1. Percepções sobre a pobreza

Causas da pobreza

De entre as várias opiniões recolhidas sobre a percepção de pobreza dos agregados familiares, a dominante é de que a pobreza é a falta de algo que garanta o mínimo de sobrevivência tanto para o indivíduo como para o seu agregado, como por exemplo não ter nada para comer, não ter emprego, não ter onde dormir ou possuir uma machamba que nada produz.

Assim a pobreza é percebida como resultante da interacção entre factores tais como:

- Ambientais (seca);
- Humanos (falta da criação de emprego por meio das serrações, fábrica de processamento de produtos agrícolas, difícil transitabilidade das vias que dificultam a vinda de compradores ou o escoamento de produtos, falta de transporte, falta de sensibilização para manter um stock para a segurança alimentar, exclusão baseada em cores partidárias, instabilidade política que ocasiona a venda precipitada de produtos e fuga de habitantes que quando regressam não tem o que comer);
- Individuais (desleixo ou preguiça).

Os referidos aspectos estão evidentes nas afirmações dos entrevistados que se seguem:

“O rio Bemba está seco, e tudo na machamba secou, isso faz-nos pobres

“Estamos pobres porque não podemos caçar, e as ratazanas andam na machamba a comer a nossa mandioca, mas não podemos caçar, porque estamos na coutada 10 de um Sul-africano, e ficamos com fome”

“Tem outro mesmo, problema é preguiça, não gosta trabalhar, fica sem comida nem nada”

A questão da seca complementa-se a questão de inundações, jogando a chuva um papel fundamental em duas vertentes. Por um lado a sua ausência de chuvas, que tem sido referida como durando aproximadamente três anos, tem levado a que os pequenos rios que asseguram a irrigação e a fertilização da terra dos camponeses baixem, reduzindo a capacidade de produção e produtividade dos mesmos, propiciando condições para a eclosão da fome, tanto em Cheringoma como em Machanga. Por outro lado quando as chuvas caem, escasseiam mecanismos de controlo e retenção das águas para reservas, ocasionando situações de inundações imediatamente seguidas de secas, assim que passa o período de chuvas. Estas vertentes são salientes na seguinte passagem:

“Quando não chove tudo na machamba seca, e morre tudo... quando chove tudo fica tapado com água, e tudo morre e ficamos sem nada para comer, ficamos pobres”

Quanto a questão da comercialização, os produtores mencionaram a dificuldade de vias de acesso, sobretudo em zonas do interior dos distritos, como Mazamba, Cheadea. Essa questão tem de ser vista a dois níveis, designadamente ao nível das estradas intransitáveis e de difícil acesso, e ao nível das pontes destruídas (casos de Nhamatanda e Cheringoma, posto administrativo de Inhaminga). De forma complementar mencionam a inexistência ou escassez extrema de meios de transporte para escoar os seus produtos, criando situações nas quais só podem transportar pequenas quantidades nas bicicletas, gerando uma situação de apodrecimento dos produtos com os produtores, ou ainda os produtos são comprados por negociantes ambulantes a preços muito baixos em relação aos

investimentos feitos. Em Maciamoza um dos entrevistados exemplificando o constrangimento de transporte para escoar produtos referiu o seguinte:

“O dono daquela machamba, no ano passado plantou e vendeu 4 hectares de ananás, este ano produziu 12 hectares, mas tudo apodreceu porque não tinha transporte e o tractor da administração que costuma apoiar estava avariado”

O cenário de dificuldades de acessibilidade de vias e escassez de transporte foi observado pela equipa de pesquisa, com a maior parte das vias acessíveis apenas a viaturas com tracção e mesmo assim como muita dificuldade.

A questão de emprego bem como a perda do mesmo tem sido associada a cessação de funções dos Caminhos de Ferro de Moçambique, bem como de serrações existentes antes da independência. Segundo os entrevistados os referidos empregos, geravam e dinamizavam todos outros sectores de vida das comunidades. Neste contexto mesmo os que não tivessem emprego assalariado podiam desenvolver actividades de auto-emprego, como artesanato. Os trechos abaixo ilustram o cenário:

“Quando o caminho de ferro (CFM) trabalhava bem, as pessoas tinham emprego, recebiam dinheiro, e compravam esteiras, comida e outras coisas que aqueles que não trabalhavam produziam, agora que não trabalha bem (CFM) ficamos todos pobres, porque não temos dinheiro para comer e para comprar coisas que outros produzem”

“No tempo de Salazar tinha muitas serrações aqui, agora nada... e nós não temos trabalho, porque esses madeireiros trazem pessoas que não são daqui para trabalhar e nós não temos como arranjar dinheiro”

Os elevados preços dos produtos básicos de consumo, têm sido vistos pelo público em geral como da responsabilidade do governo e dos comerciantes, formais e informais. Por seu turno, os comerciantes olham a questão dos aumentos dos preços como resultante das dificuldades de transporte e aumentos constantes de combustível.

A falta de formação tem sido vista de forma ambígua. Por um lado queixam-se de não terem acesso a escolaridade, escasseiam níveis complementares, limitando acesso a melhoria das condições de vida dos indivíduos. Por outro lado, os

entrevistados consideram que mesmo quando os filhos, ou eles mesmos vão à escola aprendem coisas sem aplicabilidade nas comunidades, como relatava um dos entrevistados:

“Eu deixei de estudar, porque meu irmão fez a 12ª. Classe e não sabe fazer nada, não consegue trabalho lá na Beira, e nem consegue fazer machamba, então eu comecei a fazer fornos (para fazer carvão) e alimento meus pais e meu irmão”.

Distinção entre Pobres e não Pobres

Para os entrevistados, a diferença entre pobres e não pobres reside no facto de os primeiros serem desempregados e estarem incapacitados de obter alimentação e outros bens para a sua sobrevivência e das suas famílias, e os segundos disporem de um emprego que lhes garanta a obtenção de condições mínimas para o sustento. Estes são os casos dos funcionários da administração, trabalhadores das serrações, entre outros.

Para além do emprego, os não pobres conseguiram tal estatuto como resultado da venda de algodão, abertura de bancas, produção e venda de feijão em grandes quantidades, criação e venda de cabritos.

Em termos de prioridades, os entrevistados mencionaram em termos hierárquicos, as seguintes necessidades básicas:

1. Alimentação;
2. A existência de mecanismos de apoio durante o período de secas (sementes, instrumentos agrícolas,)
3. Criação de postos de trabalho
4. Água potável
5. Postos de saúde (para não terem que percorrer grandes distâncias),

Para além destas necessidades, foram apontadas outras tais como:

- Moagens,
- Animais para criar,
- Mais escolas
- Transporte adequado

O problema da alimentação foi muito referido devido à questão da seca prolongada que vem se registando desde 2002, que tem afectado negativamente as campanhas agrícolas, deixando os camponeses vulneráveis. Quanto à questão do emprego, verifica-se a escassez ou poucas oportunidades do mesmo, tanto no contexto rural como urbano. Particularmente no contexto urbano (Município da Beira), muitas das pessoas consideradas pobres nunca tiveram emprego formal e/ou foram lançadas para o desemprego como consequência do processo de privatizações e encerramento de grandes empresas como a Moçambique Industrial, a Belita, a Fama, etc.

Dinâmica da Pobreza

A tendência dos últimos anos é de os não pobres se manterem como tal, apesar de mesmo em períodos críticos de seca, a situação tornar-se aguda para muitos agregados. Os não pobres acabam aguentado devido ao emprego formal que possuem, como afirmaram alguns entrevistados em Chirimadzi:

“Aqui só os professores, enfermeiros estão a melhorar a vida, porque recebem sempre salário e aumenta, nós outros com seca estamos a sofrer cada vez mais...”

“Aqui desde tempo de Salazar não melhorou nada, sempre piora... depois veio guerra e piorou nossa pobreza, agora veio seca e continuamos a sofrer”

Os entrevistados referem que o maior número existente é de pobres, cuja situação não melhorou nos últimos anos. Este é caso da localidade de Mucheve, posto administrativo de Muxungué, distrito de Chibabava, onde a situação encontrada durante as duas fases da pesquisa pode ser caracterizada como sendo crítica, em que as pessoas chegam a se alimentar de frutos silvestres, tudo isso como combinação de diversos factores que vão desde a seca até à falta de emprego. Um dos entrevistados em Chibabava referiu que

“Aqui não há quase nada a fazer, porque não temos dinheiro mesmo para os pequenos negócios, senão nos dedicamos a procura da *munhanha* e a venda de patos, galinhas e cabritos para a compra de milho no Muchúngue... não há emprego e na machamba não conseguimos nada este ano”.

Na mesma linha do anterior entrevistado, um chefe de agregado familiar disse que

”Aqui em Panja se uma pessoa não vender ananás pode morrer a fome (...) não temos emprego aqui”.

De forma complementar à situação encontrada em Chibabava, em Mazamba e Maciamboza, os entrevistados mostravam seus celeiros vazios, suas machambas secas, leitões de rio seco. De forma similar a Chibabava, referiam repetidamente:

“Vamos ao mato arranjar frutos silvestres, basta não matar nós comemos, não escolhemos se gostamos ou não, comemos só para matar fome”

No entanto, nos casos em que os entrevistados referiam o registo de melhorias da situação de pobres para não pobres, isso deveu-se à extensão das áreas de cultivo (permitindo a obtenção de maiores rendimentos após a venda dos excedentes agrícolas) e ao trabalho assalariado (por exemplo nas concessões florestais estabelecidas nas suas comunidades, nos projectos de estradas da ECMEP). Ainda sobre este tópico, referiram o acesso a meios de trabalho como moageiras, juntas de tracção animal.

No que se refere ao certificado de pobreza, a maioria dos entrevistados declaram desconhecer a existência de tal documento e conseqüentemente não podiam falar dos benefícios que o mesmo podia trazer. A este propósito os entrevistados quando questionados respondiam questionando:

“Documento de quê?” ou “Papel de quê?” e acrescentavam ainda questionando “Serve para quê?”

Como alternativas de sobrevivência, os pobres mostram-se bastante dependentes da precipitação. Há casos de alguns que chegam a se alimentar como atrás referido. Outras alternativas incluem o envolvimento das pessoas em actividades agrícolas nas suas próprias machambas; em actividades de *ganho-ganho*⁵ ou *mphakamisso* (prestação de serviços em troca de uma compensação em dinheiro ou em produtos); venda de bolinhos e fazer tranças (casos que ocorrem mais na cidade da Beira);

⁵ *Canhoneando* é uma prática comum entre as populações que vivem no campo. A este tipo de actividade geralmente recorre o grupo dos mais pobres para obter produtos ou dinheiro que garanta a sua subsistência. Esta actividade consiste no seguinte: O grupo dos mais pobres vende a sua mão-de-obra nas propriedades alheias (lavoura, sacha, limpeza de cajueiros) e troca recebem um produto em bens ou em dinheiro (os casos mais frequentes a contraparte pelo serviço prestado é feita em bens)

pensão de reforma (casos por exemplo dos trabalhadores das empresas que faliram e /ou privatizadas na Beira).

No entanto, algumas famílias mencionaram existirem formas de sobrevivência que levantam outros tipos de problemas, tais como o abate de árvores para a produção de carvão, o que origina conflitos com os fiscais da agricultura, como mostra a passagem abaixo:

“Esses fiscais querem sempre dinheiro, por cada saco querem 5 contos enquanto nós vendemos 25 contos o saco...quando dá dinheiro, quer mais dinheiro, diz é porque não tem licença, mas ter licença para quê se quem faz carvão sou eu sozinho?”.

Outras famílias afirmaram que não optam por fazer pequenos negócios porque há fraco poder de compra, uma vez que muitos dos seus habitantes não têm emprego, como enfatizou um dos entrevistados ao referir que:.

“Nem vale a pena abrir negócio, quem vai comprar, ninguém tem dinheiro se não trabalham, na machamba está tudo seco, quem há-de comprar”

O emprego (com um salário fixo) ou o trabalho assalariado (por exemplo nas serrações, nos programas de manutenção de estradas, etc.) foi considerado como sendo um aspecto importante para o melhoramento das condições das suas vidas defendendo que, só o trabalho assalariado é que podia acabar ou aliviar a sua pobreza. Acredita-se que só com um emprego é que os pobres podem se aguentar mesmo durante o período de secas.

As outras necessidades básicas dos pobres têm a ver com a alimentação, ter uma habitação adequada que resista durante o período chuvoso; transporte adequado, moagens, hospitais (para não terem que percorrer grandes distâncias), a situação de água potável, animais para criar, mais escolas e postos de saúde, a existência de mecanismos de apoio durante o período de secas.

1.2. Lógicas de acção

Situação Socio-económica das Famílias

No que diz respeito às lógicas de acção, as opiniões variam de um posto administrativo para outro. Em alguns a situação manteve-se e em outros melhorou. No entanto, quando se trata de explicar os factores responsáveis pela melhoria são enumerados os seguintes aspectos:

A posse de um emprego (numa moageira, serração ou concessão florestal, manutenção de estrada e ponte ou pontecas). A criação de emprego é factor bastante evidenciado como estando por detrás da melhoria da situação dos agregados. Todavia, há outros factores que intervêm para a não absorção de um segmento da população local, como o facto de, por exemplo em Cheringoma, a maior parte das serrações ou empreendimentos locais, incluindo coutadas, não admitir muita mão de obra local, como referiu um dos entrevistados:

“Os patrões das serrações, das coutadas e outros trazem trabalhadores deles e não dão emprego pessoas daqui, só quando tem sorte um e outro”.

A referida situação faz com que o recurso à agricultura (expansão das áreas de cultivo) surge como a principal alternativa, mas a falta de meios financeiros, associada aos constrangimentos de dificuldades de vias de acesso para escoar produtos, acaba por dificultar a pretensão de alargar a área de cultivo.

Assim, a actividade agrícola foi referida como o principal meio de sobrevivência dos agregados familiares, mas a falta de conhecimentos científicos sólidos no uso de meios (tractores, sistemas de rega, etc.) e tecnologias científicas mais avançadas, bem como a falta de algumas infra-estruturas básicas para o desenvolvimento da actividade, não tem permitido uma boa produtividade da terra trabalhada. Isto faz com que a maior parte das famílias esteja demasiada dependente da queda das chuvas. Muitas das explicações sobre o que é a pobreza, sobre os factores positivos/negativos da melhoria nos últimos anos mencionam sempre a questão da queda das chuvas.

No que toca a melhoria da vida das comunidades, é importante salientar que há algumas iniciativas locais, ainda que embrionárias, que visam apoiar os camponeses, como o caso da intervenção da CARITAS, na localidade de Panja, posto administrativo de Muxungué, distrito de Chibabava, da Amai Babanda, ADPP e Direcção distrital da Agricultura em Inhaminga, distrito de Cheringoma. De forma complementar os camponeses desenvolvem estratégias para fazer face aos constrangimentos, nomeadamente:

- Exploração de recursos florestais (caça, mesmo sendo proibida, produção de carvão)
- Prática de *ganho-ganho* (trabalhos imediatos tais como corte de capim, abertura de machambas remunerados em dinheiro ou alimentos)
- Cultivo de culturas resistentes à seca (mandioca) e promoção de técnicas para redução do efeito do aquecimento dos solos e retenção de orvalho
- Disponibilização de micro-créditos para as comunidades e pequenos comerciantes
- Piscicultura e fomento de gado caprino a título devolutivo

Como razão para adoptarem as referidas estratégias, os entrevistados referiam:

“Quem quer nos apoiar não podemos dizer isto não queremos, aceitamos, porque também vemos que nos vai ajudar, mesmo quando não chega para todos de uma vez, alguns apanham alguma coisa”

Ou

“Como não podemos ter apoio dos outros, fazemos aquelas coisas que nós conseguimos sozinhos, não ajuda muito, mas não é igual a ficar só a morrer de fome”

Outros factores que explicam a relativa melhoria da situação dos agregados vão desde algumas situações de boas colheitas das machambas, a criação de animais de pequena espécie como galinhas.

Para os agregados familiares, o registo de casos de fome acontece principalmente nos momentos em que ocorrem secas, ou seja, nos períodos de queda irregular de chuvas. No entanto, há outras situações que ditam a ocorrência de fome ao nível dos agregados familiares, que é a venda de alimentos (por exemplo, milho) por parte das

famílias a fim de resolver algum problema (seja ele previsto ou não) que pode passar pelo atendimento de uma situação de falecimento, tratamento de doenças graves (HIV/SIDA, Tuberculose, etc.), compra de vestuário para a família, entre outros bens. Em algumas localidades, sobretudo naquelas que se localizam próximas das grandes vias de comunicação e da cidade da Beira, os agregados entrevistados afirmaram que os preços a que se vêem forçados a vender os seus excedentes não são proporcionais aos altos preços de bens de consumo com que se deparam quando vão às lojas ou bancas, daí que nesses locais, o recurso às machambas por si só não resolve o problema. Enfatizando esta visão um entrevistado referiu:

“Os negociantes vem comprar nossos produtos e dizem se não quer vender com este preço, nós vamos embora... e como nós não queremos ficar com nossos produtos a apodrecer vendemos, mas quando vamos na loja aquele dinheiro não dá para comprar nada”

Outra situação mencionada que concorre para a fome é a introdução de medidas de restrição de caça dentro das áreas das concessões florestais. Segundo os entrevistados, se algum membro da comunidade for encontrado ou surpreendido pelos fiscais de caça com uma armadilha na sua machamba, a fim de impedir a invasão da mesma por animais predadores, é-lhe retirada a armadilha, deixando a machamba vulnerável a invasão dos referidas animais. A caça, era igualmente uma das bases de sustento de muitas famílias, porque com o produto da mesma conseguiam adquirir alguns produtos básicos para a sobrevivência da família e com o consumo dos mesmos melhoravam o seu estado nutricional.

A exaustão e a pressão sobre a terra são dois outros factores usados pelos agregados familiares para explicar a fome. Acredita-se que a terra não possa estar a produzir o suficiente porque esteja exausta e que ultimamente já não há terra para cultivar em determinadas comunidades devido à procura da mesma por parte de pessoas provenientes de outras áreas, sobretudo da Beira.

Ao nível da cidade, um entrevistado defendeu que o factor negativo que concorre para a sua não melhoria deve-se à política seguida pelo Governo da Frelimo, ao explicar que

“(…) trata-se de sabotagem por parte da Frelimo por nós termos votado a Renamo. (...) Como se justifica que num espaço de 2 anos terem fechado a Moçambique Industrial, Empacol, Mac-Mahon, Fábrica de Enxadas, CFM a despedir os trabalhadores e recentemente a Belita... não se esquecendo da Fábrica de Peúgas e a Fábrica de Alumínio.”

1.3. Avaliação da intervenção do governo

Bens criados (últimos 5 anos)

A criação de bens e serviços por parte do governo é avaliada a dois níveis:

Um, individual (família) e outro mais geral da comunidade. Ao nível comunitário, os agregados referem que nos últimos anos a acção do governo incidiu mais sobre a construção de escolas, de postos e centros de saúde, da actividade de extensão rural, na abertura de furos de água potável, expansão da rede de energia eléctrica. Por exemplo, um dos entrevistados na localidade de Hamamba, posto administrativo de Goonda, referiu que

“Em termos de escolas posso dizer que o Estado fez alguma coisa, mas esta escola só ajuda a nós destas zonas, pois no interior as escolas só vão até 3ª. classe e são escolas que quando chove entra água.”

Quanto a acessibilidade em termos de distância de tais bens/ou serviços (por exemplo postos e centro de saúde, escolas, distribuição desigual dos extensionistas) continua a ser problemática para determinadas localidades, pelo que o uso dos mesmos para as comunidades atrás referidas torna-se bastante difícil ou onerosa.

Educação

A educação registou um crescimento em termos de infra-estruturas como escolas EP1 e EP2, maioritariamente, bem como casas para professores. As mesmas construções são na sua maioria feitas em material convencional, havendo algumas particularmente as salas anexas ou as salas de alfabetização feitas em material local. Em termos de acessibilidade as escolas estão localizadas no centro das localidades, geralmente nas sedes das mesmas, possibilitando que os alunos tenham que percorrer uma distância relativamente igual uns aos outros, estas escolas tem tido muita utilidade para a população local.

Apesar da melhoria em termos de infra-estruturas, o desejo de ver as mesmas feitas apenas em material convencional, a sua cada vez expansão, tanto em número quanto em diferenciação, a melhoria da qualidade do ensino, foi constantemente mencionada. Referindo-se a esta questão alguns entrevistados referiram que:

“Os professores agora já têm casas, as escolas estão a começar a ser de cimento e estão a aumentar, mas ainda há crianças que moram muito longe da escola e desistem de estudar por isso”

“Quando as crianças das localidades acabam a Escola primária têm que ir para as sedes do distrito para estudar na Escola Secundária e como são muitas, muitas não têm lugar e vêm ficar em casa sem fazer nada...”

“Há problemas de qualidade, porque os professores trabalham na escola, de manhã até a tarde e têm que ir à escola anexa e ainda ir para a machamba deles, isso não ajuda a qualidade. Também há muitos professores sem formação”

Por seu turno os professores queixavam-se da insuficiência de meios de trabalho, tais como quadros, giz, régua, acrescentados a longas distâncias entre as Escolas e as Zonas de Influência Pedagógica (ZIP), num contexto de escassez de transporte. Vejamos o seguinte depoimento de um professor de Chirimadzi:

“Para recebermos informações do director da ZIP, sofremos muito, porque lá na ZIP não tem transporte, nem mota sequer, nem máquina de escrever. Nós também quando queremos comunicar algum problema e pedir ajuda para resolver um problema nas escolas temos que esperar até aparecer uma boleia da Agricultura, Saúde, algumas vezes mesmo da Educação e de outras pessoas”

Saúde

À semelhança da área de educação, a área da saúde segundo os entrevistados, registou nos últimos 5 anos alguns progressos, particularmente na área de infra-estruturas, com ênfase para a construção de novos postos e centros de saúde, maternidades, colocação de agentes polivalentes elementares nas unidades sanitárias e treino de parteiras tradicionais. Os referidos progressos são apresentados por alguns entrevistados nos seguintes termos:

“Antes tínhamos que andar muito, as mulheres sofriam muito para dar parto, porque tinham que andar muito até a Sede do distrito para ter parto no hospital e para irmos para o hospital, agora já não temos hospital mais perto”

Se por um lado, são notórios os avanços mencionados, impactando na redução da acessibilidade física e geográfica, persistem constrangimentos de gestão dos serviços e de acessibilidade cultural. Sobre gestão dizia-nos um APE em Cheadea:

“Eu estou a trabalhar há muito tempo e não recebo salário, já fui falámos na direcção e sempre mandam esperar... vamos vivendo assim mesmo”

Quanto a acessibilidade cultural dizia-nos o mesmo APE:

“Temos maternidade aqui, mas as pessoas não vem aqui, porque não querem ser atendidas por um homem” e concluindo “as pessoas demoram a vir aqui para o hospital, primeiro vão para os curandeiros, só quando não melhoram e já estão muito graves é que vem aqui para o hospital”

Se por um lado, os entrevistados consideram as infra-estruturas de saúde acessíveis em termos de preços, o mesmo não sucede em relação a acessibilidade geográfica, na medida em que parte considerável dos inquiridos refere que as autoridades locais tendem a construir próximo de suas áreas de residência no lugar de o fazerem próximo dos locais onde vive a maioria da população. A este respeito um dos entrevistados referiu o seguinte:

“O secretário mandou construir o hospital perto da casa dele, mas muitas pessoas vivem deste lado, longe do hospital, onde perto só vivem poucas pessoas... mas esse secretário trabalhava muito mal e foi tirado”

Relativamente à questão do HIV/SIDA, embora não tenhamos feito no terreno um estudo sobre o assunto, pela informação que obtivemos a partir do “Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV – Ronda 2004” do GTM e no centro de Moçambique onde se verificam os maiores índices de prevalência do HIV/SIDA, tendo em 2004 sido de 20.4%. Nos distritos onde decorreu o estudo (Nhamatanda, Chibabava, Cheringoma e Município da Beira), apenas o Município da Beira é que possui postos de sentinela. Nos restantes, o cálculo das prevalências é feito a partir da atribuição do distrito a um outro com características mais ou menos similares. Deste modo, o distrito de Nhamatanda foi atribuído ao Posto Sentinela de Chingussura; O distrito de Chibabava ao Hospital

Rural de Espungabera, no distrito de Mossurize; o distrito de Cheringoma, ao do Hospital Rural de Caia, no distrito do mesmo nome. Em conformidade com este critério, são as seguintes taxas de prevalência do HIV/SIDA nestes distritos:

DISTRITO	TAXA DE PREVALÊNCIA/2004
Nhamatanda	29.1%
Beira (Posto Sentinela de Ponta-Gêa)	34.4%
Chibabava	12.8%
Cheringoma	19.1%

Fonte: Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica – Ronda 2004 - GTM

Água

Quando abordada a questão ligada a água, os entrevistados referiram que nos últimos cinco anos foram abertos alguns furos e poços, predominantemente nas zonas rurais e peri-urbanas e fontenárias públicas na Cidade da Beira, nas zonas peri-urbanas. Nas zonas rurais, a maior parte dos furos de água foram abertos com a participação da população local, usando projectos de comida pelo trabalho. Nos referidos locais as fontes de água são construídas próximos das escolas. Se por um lado existem novas fontes, por outro lado algumas dessas fontes são construídas em zonas cujos lençóis freáticos tem altos níveis de salubridade, acrescidos a constantes avarias e dificuldades de sua recuperação, pese embora as comunidades contribuam para a mesma. Veja-se o seguinte relato:

“Aqui temos água, mas a água dos furos aqui tem muito sal, não dá para nada, fazemos jeito só, para tomar banho custa, para beber também, por causa do sal”

“Construímos este furo, mas avariou e o dinheiro que contribuimos não chega para arranjar a bomba”

“Esta bomba, avaria sempre e o dinheiro que contribuimos acaba e já não temos mais para arranjar, agora é só sofrer outra vez”

Quanto a água dos rios e lagos, os entrevistados referiram fazer seu uso regular desde tempos idos, estando contudo condicionados a que estes tenham água, particularmente na localidade de Maciamboza no Posto administrativo de

Inhaminga, distrito de Cheringoma e Tica no Posto Administrativo de Nhamatanda Sede, Distrito de Nhamatanda. Era comum os entrevistados referirem:

“Aqui temos sempre água nos rios e lagoas”

Prosseguindo em Nhamatanda era comum os entrevistados afirmarem que:

“Não temos problemas de falta de água de rio ou lago, até provoca problemas, por isso as estradas estão sempre a estragar-se por causa de água”

Se este cenário é típico nalgumas zonas, o cenário é diferente noutras devido ao facto de os rios e lagos estarem secos, por causa da seca, com particular realce para as localidades de Matondo e Chirimadzi no Posto administrativo de Inhamitanga e a de Mazamba no Posto administrativo de Inhaminga, ambos localizados no distrito de Cheringoma.

De um modo geral apesar dos avanços descritos na área relativamente a disponibilização de água, persistem relatos de insuficiência, longas distâncias para sua aquisição, o facto de existirem alguns lençóis freáticos salubres e problemas de reposição das bombas ou fontenárias avariadas.

Agricultura e Pecuária

A área da agricultura constitui a base fundamental de sobrevivência das comunidades. Nesta área, tem sido levadas a cabo, actividades de promoção e distribuição de culturas resistentes a seca e a introdução de técnicas de cultivo que possibilitem a redução dos efeitos do sol sobre os solos e acumulação do orvalho, fomento de construção de celeiros melhorados e 30 bombas de água⁶, colmeias melhoradas e moageiras. Contudo, têm sido registados alguns constrangimentos. Comentando o desenvolvimento das referidas actividades, o director distrital da agricultura referiu como têm sido ultrapassados alguns dos mesmos nos seguintes termos:

⁶ Segundo o director distrital da agricultura, foram construídos 82 celeiros melhorados, dos quais 14 foram abandonados pelos proprietários em virtude de terem mudado de residência.

“Quando propomos aos camponeses para usarem capim para cobrir as plantas pequenas para resistirem ao sol e conservarem humidade nocturna, eles não acreditam e dizem que nunca precisaram fazer isso e que não funciona, aí fazemos um campo de demonstração ao lado da sua machamba e depois mostramos os resultados então eles aderem a ideia”

Porém, se existem alguns constrangimentos que estão a ser ultrapassados, outros os há que não. Um dos entrevistados, o director distrital de agricultura de Cheringoma afirmou que:

“Se o distrito de Cheringoma precisa pelo menos de 5 extensionistas para cobrir o distrito, trabalhamos agora apenas com 3 e isso dificulta sobremaneira as nossas actividades. Assim temos que concentrar as nossas actividades apenas naquelas zonas com alto potencial de produção, deixando de lado aquelas que mais precisariam dos serviços de extenso rural”

Outro constrangimento mencionado prende-se com a escassez de transportes para os extensionistas rurais, como uma vez mais mostra o director distrital de agricultura de Cheringoma:

“Muitas vezes os extensionistas não podem ir trabalhar porque não tem transporte”

O extensionista de Tica corrobora parcialmente as ideias anteriores, ao referir que:

“Nós somos poucos e temos muito trabalho para fazer, mas como temos motas podemos chegar a todos os lados, para apoiar os camponeses a melhorar as suas acções de produção”

Quanto a área de pecuária, tem sido promovido o repovoamento pecuário, de galináceos, caprinos e nos últimos tempos tem sido promovida a piscicultura. Ainda nesta área no tocante a questão do cumprimento das normas de partilha de recursos entre os proprietários das coutadas e as comunidades circunvizinhas o director distrital da agricultura referiu que a única coutada que cumpre com os seus deveres ser a coutada 12, de Chironde, Inhamitanga.

Comunicações (Estradas e Rede Telefónica)

Na área das estradas, são visíveis obras de reparação e reabilitação de estradas de “terra batida” que asseguram as ligações entre as localidades. Destaque particular para a reconstrução do troço Inchope-Caia diferentemente da acentuada e contínua degradação do troço Inchope- Muxúngué.

Nos distritos de Cheringoma e Nhamatanda a transitabilidade das vias é deficiente, por duas razões diferentes. Se por um lado Cheringoma tem problemas de acessibilidade derivada de fenómeno de erosão das ravinas que destroem as estradas, é por falta de manutenção das mesmas. A este propósito a equipa de pesquisa percorreu o troço entre Dondo e Inhaminga em aproximadamente 4 horas num troço inferior a 90 km, e de forma similar 4 horas num troço inferior a 50 km entre Inhaminga Sede e Mazamba.

Por outro lado em Nhamatanda, as dificuldades tem a ver com a existência de pontes destruídas, nomeadamente sobre o Rio Muda, a ponte Harumua, e estradas destruídas pelo efeito de excesso de águas de chuvas aliada a uma frágil manutenção das mesmas. Como referia o administrador de Nhamatanda:

“Aqui quando chove é difícil andar para as zonas do interior”

A referida afirmação, foi confirmada pela equipa de pesquisa na sua deslocação a Cheadea, onde face a chuva miúda que caíra dia anterior, a estrada aterrada em areia vermelha, tornou-se num lodaçal, tornando bastante difícil transitar pelo troço, mesmo usando uma viatura com tracção as quatro rodas.

As referidas situações dificultam por um lado a circulação de pessoas e de bens de primeira necessidade localmente inexistentes e de forma complementar a dificuldade de escoar produtos localmente produzidos, como se mostra nas passagens de alguns entrevistados:

“Em Cheadea produz-se carvão, mas é muito difícil transportar para outros lugares”

“Aqui em Tica sofremos com produtos caros, mas do outro lado do Rio muda, produz-se muita comida, mas como a ponte está destruída, custa muito trazer a comida para este lado e muitas vezes acaba apodrecendo lá nas machambas”

Um facto a salientar é o aumento crescente do uso de bicicletas como meio de transporte desde 1996 a 2003. A este respeito, o estudo levado a cabo pelo MPF (2004), refere que Sofala registou no IAF 96/7 uma média de 11.9% de possuidores de bicicletas, o QUIBB de 2000 refere um crescimento para 25.4% e o IAF 2002/3 mostrou uma subida para 35.5% de possuidores de bicicletas. A equipa de pesquisa constatou durante o trabalho de campo, que era frequente o uso deste tipo de meio de transporte.

Quanto à rede de comunicação, o sector apresenta alguns avanços, todas as sedes distritais visitadas tem acesso a telefone fixo, provida pelas TDM e rádios de comunicação em instituições governamentais do estado e nas ONG's, com Nhamatanda a ter simultaneamente telefone móvel, providos pela MCEL e pela VODACOM. Contudo nas localidades do interior, a comunicação continua sendo transmitida com base na comunicação interpessoal presencial.

Ainda sobre a comunicação, um aspecto a realçar é o aumento do número de aparelhos de rádio. De acordo com a pesquisa do MPF (2004), a província de Sofala registou no IAF 1996/7, 25.1%, 54.2% no QUIBB 2000 e uma ligeira descida para 52.3% no IAF 2002/3.

Energia

No tocante a energia, dois cenários podem ser descritos, com o primeiro onde apenas as sedes dos distritos beneficiam deste serviço, excepção faça-se a Muxúngué. As zonas cobertas por energia, são servidas por geradores que funcionam em média entre as 18.00h e as 23.00h. Alguns operadores privados tem grupos geradores próprios, em Inhaminga e em Muxúngué, nomeadamente em instituições de hotelaria e restaurante. Contudo, regularmente são reportados casos de avaria dos grupos geradores, como pode testemunhar a equipa que trabalhou em Cheringoma, onde o substituto do administrador referiu o seguinte:

“Agora estamos sem energia, porque avariou uma peça no gerador, agora usamos o gerador pequeno que não cobre todo o distrito, esperamos que seja possível encontrar a peça na Beira senão vamos precisar comprar um novo gerador”

Num contexto onde parte da província já beneficia da energia de Cahora Bassa, Machanga e Cheringoma ainda recorrem aos grupos geradores para alimentar poucos habitantes dos seus distritos em muito pouco tempo e com alguma irregularidade.

Já no segundo cenário perfilam Nhamatanda e a Cidade da Beira que beneficiam de energia eléctrica 24 horas por dia. Apesar de alguns entrevistados referirem alguns cortes de energia, com uma regularidade cada vez menor.

Situação da Segurança

A questão de segurança constitui uma grande preocupação nos quatro distritos nos quais foi conduzido o estudo. Os entrevistados apontaram a ocorrência frequente de roubos nas casas e instituições, com particular realce para armazéns, lojas e barracas, agressões e assassinatos devido ao alcoolismo e amantismo, e atropelamentos ao longo da estrada. Os trechos abaixo indicam a densidade com a qual os entrevistados referiram as questões realçadas:

“Aqui em Monte Siluvo, semana passada assaltaram a casa dos professores e roubaram celulares, dinheiros, roupas e electrodomésticos dos professores, depois esta semana roubaram no armazém do PMA, mas já foram encontrados. Essas pessoas usam armas de fogo ”

“Aqui em Metuchira roubam muito, cabritos, bois, galinhas, porcos, todos animais roubam aqui, mas não são pessoas daqui, vem de fora roubar aqui e irem vender na Beira. Muitas vezes vem de lá mesmo só para vir roubar aqui”

Quanto a questão dos assassinatos, em Muxúngué os entrevistados teceram as seguintes considerações:

“Um indivíduo que estava a trabalhar na Africa do Sul voltou e tendo querido manter relações sexuais com a sua esposa ela recusou-se insistentemente, quando ele procurou saber o que estava a acontecer ela acabou explicando que na ausência dele, envolvera-se sexualmente com o seu primo. O referido esposo saiu de casa

foi procurar o referido primo e desferiu-lhe golpes de catana até a morte. E isso é assim que se resolve assim mesmo”

Sobre os atropelamentos, a localização das escolas a beira das estradas em Muxúngué e Chirimadzi, expõe as crianças em particular, a um constante risco de atropelamento. Como explicava um dos entrevistados:

“As crianças tem que atravessar a estrada para irem para a escola e muitas vezes são atropeladas e os motoristas costumam não parar. Outras vezes sabe como é não é, as crianças brincam muito quando estão no recreio ou a voltar para casa. Mas também pessoas grandes costumam ser muito atropeladas, porque, como nós andamos muito de bicicleta aqui, uma pessoa bem está andar sem luz ou motorista não lhe vê e atropela”

O cenário ora referido, deriva em parte da frágil presença de instituições como polícia, tribunais e cadeias, consequenciando que indivíduos cadastrados sejam presos por curtos períodos de tempo e retomando a suas acções pouco tempo depois. Contudo, mesmo quando essas instituições existem as comunidades encaram algumas das questões levantadas como procedimentos normais, nomeadamente o uso de catanas para resolver problemas sociais.

Face a esse cenário de fragilidade, vem sendo introduzido o policiamento comunitário, que nas zonas rurais trabalha em média a partir das 19.00h até as 4.00h da manhã. Amplamente difundido nos distritos de Nhamatanda, Machanga e Cidade da Beira, este serviço é percebido de forma diferenciada entre os entrevistados. Por um lado os secretários dos bairros tendem a perceber o policiamento comunitário, como a solução perfeita para resolver os problemas, como referia um secretário em Metuchira:

“Com polícia comunitária agora está tudo bem, conseguimos agarrar muitos ladrões”

Por outro lado, as comunidades quando abordadas para pronunciarem-se sobre o policiamento comunitário referem o seguinte:

“Esses comunitários são esses mesmo que andam roubar, basta te apanhar a noite com uma coisa boa estão arrancar e bater as pessoas”

“Mas é direito mesmo roubarem, eles não recebem, como vão viver, por isso basta dar 19.00h já não se anda aqui, esses comunitários cercam aqui na zona para andar a levar coisas das pessoas”

Neste contexto e para complexificar a situação, referia o administrador de Nhamatanda o seguinte:

“O único lugar onde empossamos a polícia comunitária aqui no distrito foi aqui na sede, os outros lugares ainda não, mas as pessoas estão a fazer só por fazer, e não estão a desempenhar as suas tarefas, mas estamos a corrigir essas situações”

Para secundar a posição do administrador um dos entrevistados no Monte Siluvo contou o seguinte episódio:

“Aqui os secretário foi escolher os mais confusos da zona para serem comunitários, aqueles que não trabalham nem fazem nada, depois não recebem dinheiro, então fazem o quê, nos bater e roubar só, um dos que foi apanhado a roubar em casa dos professores é desses comunitários, foi preciso vir o administrador para pararem com essas coisas”

Por seu turno, os polícias comunitários quando questionados sobre estes cenários referem:

“Pode haver alguns que fazem essas coisas, mas não somos todos, mas é verdade que não temos recebemos, porque as pessoas não aceitam pagar, trabalhamos a noite e levámos os bandidos para a polícia”

Percepções sobre as Iniciativas a serem Desenvolvidas pelo Governo

Relativamente as iniciativas que as comunidades julgam pertinentes de o governo realizar visando melhorar a sua vida e das suas famílias e comunidade em geral o governo deveria tomar as seguintes iniciativas, a fim de melhorar a situação dos pobres:

1. Construir mais poços, furos e fontenários de água que funcionem devidamente e em se procure harmonizar a questão das distâncias a percorrer por parte das comunidades a beneficiar;
2. Apoiar em sementes, instrumentos agrícolas (enxadas e catanas), fomento da actividade pecuária, charruas, juntas de boi e transporte para evacuação;
3. Criação de um serviço para a comercialização dos seus excedentes agrícolas e outros bens de consumo;
4. Criação de mais postos de trabalho;
5. Construção de postos e centros de saúde que estejam localizados de modo a beneficiar a maioria das populações visadas;

Ainda foram identificadas como outras acções prioritárias a serem desenvolvidas pelo governo, as seguintes:

- Construção de mais escolas (em material convencional);
- Construção de infra-estruturas mínimas e condignas de habitação para o pessoal que vai garantir a execução dos serviços (extensionistas, professores, enfermeiros);
- Alocação de pessoal mínimo para garantir a funcionamento dos serviços (enfermeiros, médicos, professores, extensionistas rurais);
- Alargar o programa de repovoamento pecuário a mais famílias;
- Instalação de pequenas indústrias viradas para o processamento de hortícolas como tomate;
- Mais apoio as viúvas e crianças órfãs;
- Reforço da presença policial;
- Mais intervenção na área de transporte, crédito, latrinas melhoradas;

- Dar assistência alimentar aos pobres;
- Alargar a rede fornecimento de energia eléctrica;
- Forçar os proprietários de coutadas e empresas de exploração a empregar pessoal local, e a cumprir os acordos que assinam com as comunidades, em tempo útil⁷.

Deste conjunto de preocupações as questões do emprego, água e necessidade de honrar compromissos por partes dos proprietários de empresas a operar no local foram as mais enfatizadas.

Iniciativas de Apoio aos Pobres (Governo e ONG'S)

Quanto as iniciativas de apoio aos pobres, os entrevistados referiram serem mínimos os apoios, que se reduziram ao programa comida pelo trabalho em parceria governo-PMA. Quanto às ONG's que operam nos distritos onde decorreu o estudo, pese o predomínio de ONG's estrangeiras existem algumas ONG'S nacionais desenvolvendo iniciativas de apoio aos pobres fazendo o seguinte:

- *Amai Babanda* – cooperativa de mulheres que presta apoio em formação vocacional, apoio agro-pecuário e financeiro às comunidades na Localidade de Inhaminga

- GTZ -
- ADPP.

Mudanças (localidade, família e indivíduo)

No cômputo geral dos serviços prestados pelo governo em termos de criação de bens e serviços criados nos últimos 5 anos, os entrevistados referem melhorias em bens públicos, como escolas, postos, centros de saúde e hospitais, construção, de agricultura, pecuária e pesca, reconstrução e reabilitação de estradas, expansão da rede de comunicações, de energia e de água, a nível individual os mesmos referem ser fraco o desempenho do governo na criação de condições que melhorem substancialmente as estratégias de vida dos cidadãos. A isso junta-se o facto de ao nível das comunidades haver poucas, senão ausência de iniciativas locais (ONG's, OBC's) para ajudar os pobres a mudarem a sua situação.

1.4. Instituições, intervenção e participação

Participação na tomada de decisões

No que se refere às instituições, intervenção e participação dos agregados familiares nos processos de tomada de decisão/monitoria das políticas públicas, por um lado parte dos entrevistados referiu que de uma maneira geral participam de tais processos. Contudo, sublinharam que existem determinados projectos que, talvez de elevado valor económico, passam sem a consulta à comunidade e quando esta é chamada, ao operador muitas vezes já lhe foi atribuída a licença.

Por outro lado, outra parte dos entrevistados referiu existirem dois níveis de participação diferenciada, sendo que a participação efectiva ocorre na relação entre as comunidades e os líderes locais (régulo, fumo, sapanda), facto presenciado diversas vezes e durante as duas fases, pelas equipas de pesquisa que na maior parte das vezes assim que chegassem a casa dos referidos líderes imediatamente apareciam vários representantes da comunidade para acompanhar e participar das discussões sobre o que a equipa de pesquisa pretendia, cenário repetido em todas as situações, segundo relata um dos entrevistados:

“Assim nós fazemos assim mesmo, quando temos problemas sentamos todos, homens, mulheres e aqueles jovens com juízo, para vermos como resolvemos os problemas, quando vem uma brigada, também nós estamos a vir para nos ajudarmos a encontrar a melhor maneira de trabalhar com essa brigada”

Essa afirmação é corroborada por um régulo de Matondo que referiu o seguinte:

“Quando chega brigada a comunidade vem sempre aqui, também quando temos problemas, trabalhamos juntos para resolver, assim todos ficam a saber o que aconteceu e dizem se gostam ou não do que estamos a falar e se não gostam dizem como querem fazer”

Quanto a participação, na articulação entre as comunidades e respectivas lideranças com as autoridades do estado, existe uma percepção de fragilidade e conflitualidade na mesma. Segundo os mesmos as autoridades usam os líderes para convocar as comunidades apenas para informar sobre assuntos já decididos antes ou para divulgar leis e regulamentos, sem antes consultar as comunidades. Vejamos o depoimento dos seguintes entrevistados:

“Costumam vir nos chamar para reunião, para nos dizer para mandar nossas crianças para a escola, mas não nos perguntam se as coisas que ensinam nossas crianças são boas ou não”

“Nos chamaram para dizer a partir de hoje aqui é na coutada, não podem caçar, este senhor há-de vos dar carne, mas nunca dão até ratazanas que estragam nossas machambas não podemos fazer nada”

No entanto, existe algumas áreas onde a participação é maior, a título de exemplo, quando se trata da gestão da coisa pública (utilização de poços, fontenários, etc.). Tal participação é feita através de comités locais que integram membros da comunidade, cuja actividade é sensibilizar a população na utilização das infra-estruturas locais, bem como sobre os cuidados a ter com a água, sobre o HIV/SIDA e a questão do planeamento familiar. Estes órgãos locais incluem mulheres na sua composição, mas essa participação é dos últimos anos. Em alguns casos, o trabalho desenvolvido pelos extensionistas rurais é visto como parte desse processo de participação dos membros da comunidade, devido ao impacto positivo que cria junto das comunidades.

Na elaboração dos planos de planificação participativa, as famílias são informadas através da estrutura existente que compreende desde os presidentes de localidade, autoridade tradicional (régulo, fumo, sapanda), e secretários de bairro.

Todavia, a participação ao nível da base enfrenta alguns problemas, nomeadamente:

A colocação de símbolos partidários, nas instituições públicas, do Estado e do governo, ao invés dos da República, gera uma situação de desconforto, por parte dos membros de outros partidos, potenciando apatia por parte destes na participação em actividades ou na vida política das instituições públicas ou do governo.

A percepção da partidarização na definição dos beneficiários de financiamento, como por exemplo do projecto de micro financiamento RRR, na Vila sede de Inhaminga. Como unanimemente referiram os participantes de um grupo focal com operadores comerciais:

“Quando vieram esses de RRR, fizeram lista daqueles que já eram comerciantes para serem apoiados, fomos inscritos 30 pessoas, chegaram lá tiraram todos nossos nomes puseram nomes de pessoas que nem fazem negócio, e assim, ficaram com dinheiro

entre eles mas até hoje não conseguem pagar, comeram todo dinheiro, agora o caso está no tribunal”

Contudo, mesmo quando a selecção dos beneficiários é imparcial, a falta de programas de mitigação de problemas de fome e formação em gestão de micro-projectos, é vista como sendo responsável pela ineficácia da melhoria das condições de vida das comunidades, mesmo abrindo espaço para sua participação, como referia a representante da *Amai Bababanda* em Inhaminga:

“Nós demos dinheiro as pessoas para fazerem negócios, e cada um tinha que escolher sozinho, escolheram, demos dinheiro, mas comeram todo, quando fomos ver porque, era porque demos dinheiro para fazer negócio pessoas que não tinham comida em casa e nem sabia como fazer gestão desse dinheiro porque nós também não ensinamos isso e nem demos comida para eles irem comendo antes do negócio ficar bem”

O nível de articulação entre as autoridades do Estado ao nível local e o poder comunitário local é frágil, com as primeiras usando as segundas na sua maioria para passar informações ou para mobilizar comunidades para cumprir as suas agendas sem antes debater e discutir com as mesmas.

A falta de clarificação exacta no posicionamento hierárquico entre as figuras de Presidente de localidade, Secretário de Bairro e Régulo. Acontece que no terreno, o régulo e o secretário de bairro digladiam-se no exercício de mesmas funções. O régulo aparece também a prestar contas ao chefe do posto e ao administrador. Ora, em princípio, o régulo está sob jurisdição do presidente da localidade, que por sua vez presta contas ao Chefe do posto.

O desenvolvimento de associações locais como uma das formas de participação activa na solução dos problemas da comunidade ainda é bastante frágil, na maior parte dos distritos e localidades, mas há algumas associações embrionárias, sobretudo de camponeses e que tem interesses comerciais. Tais são os casos das associações *Murombo nga Rime* (Uma expressão que é uma exortação ou apelo, cuja tradução seria: o pobre que cultive!), *Txunga Moyo* (no distrito de Chibabava), *Wanakussara*, *Mutchakessene* (cidade da Beira) e *Amai Bababanda* (Inhaminga).

Mecanismos de resolução dos conflitos

Os líderes e autoridades tradicionais, a polícia comunitária ou tribunais comunitários continuam a ser os locais de maior procura para a resolução de conflitos por parte dos entrevistados. Apenas os grandes conflitos levam as comunidades a procurar outros níveis de administração da justiça.

2. PROVÍNCIA DE INHAMBANE

Nesta província a pesquisa também decorreu em duas fases nos distritos de Zavala, Massinga, Funhalouro e Município da Maxixe.

2.1. Percepções sobre a Pobreza

Causas da Pobreza

Para os entrevistados nessa província, a pobreza foi definida como sendo a incapacidade ou a falta de meios para o indivíduo satisfazer para si e sua família as necessidades básicas de sobrevivência tais como: Alimentação, vestuário e habitação. Esta apreciação sobre a pobreza aproxima-se em certa medida à aquela que é apresentada no âmbito PARPA I. Assim, a pobreza foi caracterizada pelo seguinte:

- Ser pobre é ser viúva e ter que sustentar um número elevado de crianças; é não ter alguém que ajude a sustentar a família; é não ter dinheiro nem machamba para alimentar a família; é não ter emprego; é não ter nada para comer; é não ter habitação; é ser órfão; é não ter condições para estudar; é não ter filhos; é ser deficiente ou portador de uma doença crónica.

Este conjunto de respostas mostra que a pobreza tende geralmente a ser associada a duas condições:

- Situação social da pessoa (ser órfão, ser portador de uma doença crónica, viúva)
- Situação económica (não ter dinheiro, não ter meios para sustentar os seus dependentes).

No que diz respeito às causas da pobreza nos quatro distritos foram salientadas as seguintes:

O Problema da seca que se faz sentir há mais de 3 anos. A seca tem afectado negativamente as campanhas agrícolas, provocando desta maneira uma escassez

acentuada dos produtos alimentares básicos o que tem gerado situações de fome muito particularmente no interior (distritos de Zavala, Massinga e Funhalouro). A falta de chuvas é apontada como sendo uma questão chave para os camponeses em Moçambique, visto que ao longo do tempo estes têm ajustado o ciclo agrário ao ciclo hídrico, tendo neste contexto pouca relevância a natureza dos solos.

A seca também tem provocado a falta de água para o consumo bem como a escassez de pastagens para o gado. Sobre este assunto alguns entrevistados referiram o seguinte:

“somos pobres porque não chove, quando chove não somos pobres porque podemos produzir nas nossas machambas”.

“Somos pobres pois mesmo trabalhando, as nossas machambas não produzem, as chuvas não caem, o calor está cada vez mais intenso só nos queima os produtos nas machambas, e torna-nos cada vez mais pobres”

“Às vezes lançamos a semente, a pensar que vem a chuva, mas nada, a semente acaba por se perder debaixo da terra, as chuvas já não caem regularmente, e não temos outras fontes de água para irrigação”

Em resumo, na lógica destes entrevistados “as pessoas são pobres quando não chove, pois ao chover deixam de sê-lo”.

A Questão da comercialização. Os produtores alegam que existem problemas de falta de transporte para o escoamento dos seus produtos, sendo este garantido pelos transportadores informais, de forma irregular o que tem originado uma situação de desvantagem para os camponeses na negociação dos preços com os transportadores. Desse modo, os camponeses acabam vendendo os seus produtos a preços muito baixos porque em termos práticos são os transportadores que determinam os preços, tal como salientou um dos entrevistados:

“O pobre por vezes trabalha, consegue alguma coisa, mas não é ele que decide os preços, é quem vem comprar”.

Assim, se assumir que o transporte pode ser definido como a “continuidade do processo produtivo” a falta do mesmo desmotiva os camponeses em relação à produção para o mercado, contribuindo isto para perpetuar a situação de pobreza

no campo. Um dos inquiridos no distrito de Zavala, ao se referir sobre o problema do transporte, afirmou que:

“Vejam que por vezes produzimos alguma coisa, mas não temos como vender, não há transporte aqui”.

A falta de emprego bem como a perda do mesmo. Embora o problema da falta de emprego seja uma preocupação geral, foi mais enfatizado no Município da Maxixe dada a sua condição urbana. Parte significativa dos entrevistados afirmou que não possuía machambas e que dependia unicamente no trabalho assalariado. Contudo, regista-se uma grande falta de emprego na zona.

Os elevados preços dos produtos básicos de consumo. Esta situação foi reportada tanto nas zonas rurais como nas peri-urbanas nas duas fases em que decorreu a pesquisa. Nas áreas rurais aponta-se a questão dos transportes, as dificuldades das vias de acesso e as longas distâncias a percorrer como os principais factores que contribuem para elevação dos preços, uma vez que a maioria dos produtos básicos de consumo são adquiridos nas principais vilas e cidades.

A falta de formação. A esse nível, os agregados entrevistados referiram que apenas as famílias que conseguem garantir uma boa formação para os seus filhos tem mais possibilidades de sair da situação de pobreza, dado que os filhos têm possibilidade de acesso ao emprego. No entanto, alguns entrevistados afirmam que o êxodo rural dos filhos para as zonas urbanas por vezes se transforma no abandono dos pais e falta de apoio agravando a sua situação de pobreza.

Distinção entre Pobres e não Pobres

De acordo com os entrevistados, a distinção entre pobres e não pobres ocorre mais em termos bens materiais, rendimento e dieta alimentar. Esta situação deve-se, talvez, ao facto destes indicadores constituírem o aspecto mais visível na interacção entre as pessoas e grupos sociais.

De uma maneira geral, os entrevistados apontam que o pobre é aquele que não tem meios próprios para garantir a sua sobrevivência bem como a dos seus dependentes.

O não pobre é tido como aquele que possui um meio de sustento próprio (machamba, gado, banca) ou um emprego seguro podendo desta forma prover para si e para os seus familiares, alimentos e roupa sem grandes aflições. O não pobre é aquele que trabalha (com emprego formal); é aquele que tem machamba e boas colheitas, tem dinheiro a partir da venda dos seus produtos, tem gado bovino⁸, tem arado, consegue educar os filhos, varia a sua alimentação; tem boa casa; tem apoio dos filhos. Uma parte dos entrevistados classifica igualmente de não pobres, todos aqueles que têm plantações de coqueiros, plantações de cajueiros, ou os que têm casas feitas de material convencional e os que possuem carro. Só para citar, alguns entrevistados referem-se à distinção entre pobres e não pobres, da seguinte forma:

“O não pobre consegue cultivar a sua machamba e colher algo para comer e até vender, porque por vezes tem bois que ajudam na produção, e o pobre já não, quando tenta produzir não tira nada, e não consegue fazer nada, acabando vivendo mal”.

“ Os não pobres variam a sua alimentação, comem bem, vestem bem, porque têm ajuda de alguém, ou têm bom rendimento na sua machamba, o pobre não consegue variar de alimentação porque tudo está a queimar de sol”.

“Não pobre é aquele que tem gado bovino a prestar serviço nas machambas dos outros. Não pobres são aqueles que têm muitos coqueiros pois a sua venda dá muito dinheiro. Já que nas machambas produz-se pouco devido a falta de chuva, só conseguem escapar da pobreza aqueles que têm muitos coqueiros, é por exemplo o caso do senhor António”. (Esta última referência é para elucidar alguns casos em que os entrevistados indicavam objectivamente alguém não pobre na comunidade).

Assim, verifica-se que a questão da seca acaba condicionando o discurso apresentado pelos entrevistados. Esta situação ilustra uma forte dependência dos camponeses em relação às condições naturais, e de modo particular o ciclo das chuvas.

⁸ O gado bovino é símbolo de poder económico, pois serve como fonte de rendimento para diversas famílias. Não no sentido de abate para venda, mas sim, para “prestação de serviços” nas machambas dos outros, ou seja é alugado para o cultivo por tracção animal.

Como mecanismos de sobrevivência do grupo das pessoas mais pobres, verifica-se que os mesmos são vários, designadamente:

- O cultivo de pequenas machambas onde produzem geralmente a mandioca
- As esmolas (particularmente nas zonas urbanas e peri-urbanas)
- Apoio dos vizinhos em produtos alimentares.
- O recurso ao “*ganho-ganho*”, ou seja, trabalho nas machambas dos que têm boas colheitas em troca de alguns produtos alimentares.
- A actividade pesqueira de pequena escala, (casos de Maxixe-Nhamachacha).
- O fabrico de bebidas tradicionais a partir da transformação de frutos silvestres tais como massala, mahungo e um tipo de nozes localmente conhecidas por *matite* e *madocomela*⁹. Este caso foi referido no distrito de Funhalouro.
- O apoio alimentar (distribuição gratuita de óleo, açúcar, feijão e farinha de milho, feita mensalmente) por parte de instituições religiosas e ONG’s locais.
- O recurso a raízes e frutos silvestres tais como (*chicutso, tindzulo e makwakwa*)
- Os pequenos negócios ao ar livre ou em barracas ao longo das estradas (venda de verduras, farinha de mandioca, coco, estacas e capim para construção).

Em termos das necessidades básicas das pessoas consideradas pobres, os entrevistados apontaram por ordem de prioridade as seguintes:

1. Géneros alimentícios.
2. Distribuição de sementes
3. Instrumentos de produção (enxadas, machados e catanas).
4. Emprego (com a abertura de pequenas indústrias localmente para o processamento de fruta, copra)
5. Vestuário

⁹ Fruta da mesma família que as nozes.

Ainda a este respeito foram mencionadas abaixo destas outras tais como:

- Apoio na abertura de pequenos sistemas de regadio para atenuar os efeitos da seca.
- Melhoria de acesso a água potável com a abertura de mais poços.
- Habitação

A questão da alimentação foi salientada nas zonas rurais, em particular nos distritos de Massinga, Funhalouro e Zavala devido ao problema da seca que vem afectando estas regiões desde 2002 e que tem, inviabilizando quase por completo as campanhas agrícolas.

Com efeito, no contexto rural, a maioria das pessoas possui terra e continua a apostar nela para a melhoria do seu bem-estar. Nesse sentido, uma parte significativa dos entrevistados, considerou como questão pertinente, o apoio do governo e das ONG's aos pobres em sementes e instrumentos de trabalho (enxadas machados e catanas).

Nota-se que é evidente a dependência dos camponeses relativamente às condições naturais, em particular em relação ao ciclo das chuvas. Tomando ainda em consideração que grande parte da região onde decorreu a pesquisa é em termos climáticos tradicionalmente árida, um treinamento em técnicas básicas de abertura de pequenas represas e canais de irrigação deveria ser considerada para a mitigação dos efeitos da seca.

No contexto urbano particularmente no Município da Maxixe, para além da questão da alimentação como prioridade básica dos mais pobres, a criação de mais postos de emprego foi também referida com muita frequência, visto que uma parte considerável mais dos pobres são desempregados porque nunca tiveram emprego formal ou porque perderam-no devido ao processo das privatizações.

Relativamente à questão do certificado de pobreza, não foi possível apurar-se nos locais da pesquisa alguém que declarasse ser portador deste documento. Muitos dos entrevistados referiram que nunca ouviram falar desse documento nem sabem

que tipo de benefícios que tal documento confere aos mais pobres, tal como referiu um dos entrevistados:

“Nunca ouvi falar desse tipo de documento, nós não temos nada disso, talvez noutros sítios”

Dinâmica da Pobreza

Nos distritos onde decorreu a pesquisa, grande parte dos entrevistados, referiu que o número de pessoas consideradas pobres era muito elevado e que nos últimos 5 anos a tendência que se verificou foi o aumento do número de pessoas vivendo na condição de pobreza.

Igualmente foi acrescentado que uma parte significativa das pessoas que há cinco anos atrás eram consideradas não pobres acabou caindo na situação de pobreza. De um modo geral, a situação da pobreza nos quatro distritos onde decorreu a pesquisa é considerada como tendo piorado, verificando-se uma crescente degradação do nível de vida de parte significativa das pessoas.

Nos quatro distritos pesquisados, os agregados entrevistados destacaram como causa da crescente degradação do nível de vida das populações os seguintes factores:

A seca, cujos efeitos já se fez referência na secção onde referente às percepções e causas da pobreza. Esta é, na óptica dos entrevistados, a principal e central causa que contribui para o aumento da pobreza.

O desemprego derivado pela falta de emprego formal, perca do mesmo, falta de apoio governamental para a geração de auto-emprego, dificuldades de emigração para África do Sul.

Dificuldades de acesso à água potável tanto em termos de distância como em qualidade. Por exemplo nos distritos de Massinga e Funhalouro alguns agregados entrevistados referiram que a água em alguns furos se extrai a uma profundidade

de 50 a 70 metros, sendo a sua qualidade má, dado que na maioria dos casos ela é salubre. A propósito da questão da água, um dos entrevistados, o secretário do Círculo da localidade de Manhiça no distrito do Funhalouro revelou que:

“Na Sede da nossa localidade existem 3 furos de água para total de 848 agregados familiares. Estes furos não só servem as populações da Sede como as de Gabisso e Nhongue, cujas distâncias são de aproximadamente 8 km. De notar que em todos estes poços a água é salubre”

Foram ainda apontadas algumas causas de natureza social tais como:

- O isolamento, afectando particularmente alguns idosos cujos filhos emigram para a África do Sul;
- O abandono de famílias pelos respectivos chefes dos agregados familiares;
- A incapacidade produtiva por doença crónica, deficiência física ou envelhecimento.

Apesar de ser elevado o número de pessoas vivendo no estado de pobreza bem como as que passam para esta condição, foi referido que um pequeno grupo de pessoas que antes eram consideradas pobres conseguiu melhorar as suas condições de vida. Isto deveu-se a: pequenos negócios, obtenção de um emprego formal, emigração para a África do Sul, apoio dos filhos ou outros parentes.

2.2. Lógicas de Acção

Situação Socio-económica das Famílias

Durante as duas fases em que decorreu a pesquisa, a maioria dos agregados entrevistados, referiu que nos últimos cinco anos, a situação económica e social das suas famílias não registou quaisquer melhorias tendo pelo contrário piorado de forma significativa. Por exemplo, alguns dos entrevistados caracterizaram o facto nos seguintes termos:

“A vida piorou. Já não consigo produzir o suficiente para alimentar a minha família, nem tenho nada para vender e comprar cadernos para os meus filhos irem à escola; tudo está a ficar mais caro, já não conseguimos ir vender os poucos produtos que temos na cidade, o transporte está caro.”

“A vida está a piorar, não está a chover, costumamos rezar para ver se cai alguma chuva, mas nada. As pessoas pobres estão a ficar cada vez mais pobres”

No entanto, há que realçar que durante a primeira fase das entrevistas foram registadas algumas excepções relativamente às percepções acima mencionadas. Alguns dos entrevistados nas localidades de Manhiça e Mavume em Funhalouro e os da localidade de Mwane, em Zavala consideraram que a sua situação socio-económica, embora não esteja a agravar-se não se registaram melhorias dignas de realce. Contudo, na segunda fase, nas mesmas localidades a maioria dos entrevistados considerou que a situação económica e social das famílias está a piorar. Isto vem a confirmar a tendência geral que acaba de se apresentar.

Ainda na segunda fase da pesquisa, um sector dos entrevistados nos bairros de Chambone e Nhambada no Município de Maxixe considerou ter-se registado melhorias na sua situação económica e social durante os últimos cinco anos. Estas melhorias verificaram-se em relação à alimentação e a habitação. Como factor das melhorias foi apontado o comércio¹⁰.

Durante a segunda fase, nas mesmas localidades as famílias entrevistadas afirmaram que a situação económica e social das famílias não melhorou mas a tendência é de piorar. Isto novamente confirma aquilo que foi apresentado como tendência geral.

No que diz respeito às causas de estagnação e degradação económica e social das famílias apontou-se o seguinte:

- Seca e ocorrência de pragas de gafanhotos que afectam a agricultura.
- A fraca produção nas machambas familiares (por exemplo, no distrito de Funhalouro foi referido que nos últimos cinco anos apenas em 2002 é que foram registadas boas colheitas).
- Elevado custo de vida (agravamento dos preços dos produtos de primeira necessidade, aumento das tarifas dos transportes, elevadas despesas com o material escolar).
- Salários baixos.

¹⁰ Consideram que o negócio está a render. Note-se aqui a influência da fábrica de óleos e sabão instalada na Maxixe, que adquire coco dos camponeses locais.

- Falta de emprego.
- Falência dos negócios.

Relativamente ao problema da fome os entrevistados dos quatro distritos realçaram que existe muita fome devido a seca e fizeram notar que a maioria das famílias depende quase exclusivamente da agricultura para a sua subsistência e num contexto de falta de chuvas não conseguem produzir nada nas suas machambas, sendo obrigadas a recorrer ao consumo da mandioca por ser uma cultura resistente à seca e às pragas. A questão da fome afecta particularmente os distritos de Zavala, Massinga e Funhalouro. Em relação a fome alguns afirmaram:

“Temos muita fome porque não chove, se chove, chove muito pouco e vem o sol para queimar tudo”

“Há fome porque por vezes plantamos mandioca, mas não está a crescer porque não chove, se chovesse poderíamos muito bem produzir”

Devido à situação da fome, consequência directa da seca, em Funhalouro foram reportados casos de pessoas que chegam a consumir tubérculos, raízes e frutas silvestres.

Em Chambone e Nhambanda no Município da Maxixe considerou-se que a questão da fome não é preocupante na medida em que a partir dos pequenos negócios que as pessoas desenvolvem, elas conseguem obter o mínimo para a sua alimentação. Devido à situação da seca que tem afectado grande parte da região abrangida pelo nosso estudo os nossos informantes declararam que como estratégia para melhorar as suas vidas tem recorrido à prática de uma diversidade de actividades nomeadamente:

- Exploração de recursos florestais (caça, corte de estacas e madeira para comercialização)
- Prática de “*chiguadza*”; (trabalhos imediatos tais como corte de capim e abertura de machambas remunerados em dinheiro ou alimentos)
- Cultivo de culturas resistentes à seca (mandioca), cultivo de hortícolas, batata-doce de polpa alaranjada. Esta última actividade é apoiada pela

ADRA e visa a busca de outras fontes de alimentação como forma de garantir a segurança alimentar

- Incremento de culturas de rendimento (coqueiro e cajueiro) também com o apoio da ADRA.
- Compra de produtos alimentares nos centros urbanos para revenda em pequenas bancas locais. Na sua maioria estes negócios são financiados por familiares residentes ou trabalhando na África do Sul.
- Venda de bebidas alcoólicas de fabrico caseiro, particularmente o “aguardente”, produzido a partir da destilação da laranja e da tangerina.
- Pesca de peixe e camarão para alimentação e venda (áreas do litoral).

A justificação para estas escolhas é a falta de outras alternativas a nível local como o emprego formal. Os entrevistados evocam também a falta de qualificações académicas para concorrerem no mercado do emprego e a falta de dinheiro para investirem em outras áreas.

A situação caracteriza-se por uma extrema dependência em relação aos recursos naturais localmente disponíveis e num outro nível em relação aos centros de maior desenvolvimento económico sejam eles relativamente próximos ou longínquos.

Para elucidar o primeiro nível de dependência, um dos nossos entrevistados contou:

“Vivo na base minha machamba, embora não esteja a render muito, mesmo os meus coqueiros já não dão quase nada, os cajueiros também, mas não tenho outra coisa para fazer”

Relativamente a questão da falta de emprego formal a nível local, os entrevistados declaram recorrer às seguintes estratégias:

- Trabalho migratório na África do Sul. Muito embora, actualmente existam muitas dificuldades em termos de acesso a esta oportunidade, os que migram para a África do Sul conseguem atenuar a situação de pobreza das suas famílias. Graças ao trabalho migratório algumas famílias possuem casas melhoradas, pequenos negócios como barracas para venda de uma diversidade de produtos, geradores para iluminação, transporte e utensílios

de uso doméstico. Contudo, trata-se de um pequeno sector de pessoas que consegue acesso a este tipo de estratégia.

- Emigração para as cidades, particularmente Maxixe, Inhambane e Maputo onde, a partir das redes familiares e de amigos conseguem obter emprego formal ou desenvolver alguma actividade lucrativa no sector informal. Estes emigrantes nas cidades fazem geralmente envio de prestações em dinheiro ou em produtos o que ajuda a aliviar a situação de pobreza na zona de origem.

2.3. Avaliação da Intervenção do Governo

Bens Criados (últimos 5 anos)

Uma parte dos entrevistados mostrou não ter conhecimento de bens criados pelo governo nos últimos 5 anos e considerou que não se registou melhorias em nada. Este sector de entrevistados argumenta que as escolas ficam distantes, não tem carteiras e as crianças sentam no chão.

Um outro problema relaciona-se com a saúde e o acesso a água potável. Alega-se que os postos de saúde ficam distantes e em muitos casos não possuem medicamentos. Em relação a água questiona-se também a acessibilidade em termos de distância, bem como a qualidade da mesma. Apesar disto a maioria dos entrevistados mencionou que nos últimos, 5 anos o governo desenvolveu importantes acções nas áreas da educação, saúde, água, estradas, agricultura e pecuária.

Educação

Ao nível da educação, entrevistados referiram que foram construídas novas escolas primárias, outras reabilitadas e também construídas salas anexas. Algumas localidades passaram a beneficiar de escolas do EP2. Estas foram por exemplo, estabelecidas nas localidades de Zandamela (Mavila) e Mwane (distrito de Zavala). Estas escolas tem tido muita utilidade para a população local. Algumas situam-se nas sedes das localidades, sendo desta maneira de fácil acesso em termos de distância, as taxas são também acessíveis e todas as crianças em idade escolar do nível do EP1 e EP2 tem acesso as mesmas.

Muito embora, tenha sido referido este esforço em termos de ampliação da rede escolar particularmente no meio rural, algumas preocupações tais como a qualidade do material de construção de algumas escolas, a amplitude da rede escolar, qualidade do ensino e disponibilidade de professores, foram colocadas durante as entrevistas.

No que diz respeito à qualidade do material de construção, algumas escolas são construídas de material local (caniço, estacas, capim e barro). Trata-se de material precário, não durável, carecendo de constantes cuidados em termos de sua manutenção. Esta situação foi reportada por exemplo, na escola do EP2 na localidade de Mwane em Zavala e na escola primária de Maculuve no mesmo distrito.

Relativamente à amplitude da rede, esta revela-se insuficiente. Os alunos são por vezes obrigados a percorrer enormes distâncias para ter acesso a escola. Isto ocorre em relação ao EP2 cuja inexistência foi reportada em algumas localidades. A título de exemplo, os alunos da localidade de Nhabanda, a norte do Município da Maxixe são obrigados a percorrer 30 km para terem acesso a este nível em Chicuque. Os da localidade de Manhiça, distrito do Funhalouro após a conclusão do EP1 são obrigados a deslocar-se para o distrito vizinho da Massinga ou para Maxixe onde enfrentam graves problemas de alojamento e alimentação. A escola primária da localidade de Tsenane no Funhalouro lecciona apenas até a 3ª classe. Note-se que esta localidade situa-se a mais de 50 km da sede do posto administrativo (localidade de Tome), onde existem os níveis do EP1.

Um dos entrevistados no distrito de Zavala, ao se referir sobre a questão da qualidade dos materiais de construção e a acessibilidade em termos de distância das escolas, disse:

“No sector da educação as crianças continuam percorrendo longas distâncias para encontrar uma escola. A escola existente na região de Maculuve, foi construída há bastante tempo, o que a comunidade conseguiu fazer, foi uma ampliação da mesma usando material local (caniço e estacas)”.

A qualidade de ensino em muitas localidades é numa forma geral fraca devido à fraca formação dos professores, registando-se também casos em que o número destes profissionais é insuficiente para atender as necessidades das escolas. A este respeito um dos informantes chave ligado à área de educação no distrito de Zavala, povoado de Macamo, referiu o seguinte:

“Em termos de cobertura da rede escolar, o povoado de Macamo possui uma escola do EP1 da 1ª a 5ª classes. A qualidade do ensino continua sendo dificultada

pela fraca formação dos professores, o que acaba influenciando o índice do aproveitamento”.

Saúde

Quanto à saúde foram registados alguns progressos nos últimos 5 anos. Isto deveu-se à construção de novos postos de saúde, centros, maternidades, formação de activistas, agentes polivalentes e treinamento de parteiras tradicionais. A título de exemplo, em Chambone no Município da Maxixe foram construídos, um novo hospital e uma maternidade; em Manhiça no distrito de Funhalouro foi também construído um hospital com material convencional; na localidade de Tome-Sede também em Funhalouro, foi construído um posto de saúde com o apoio da CARE, no âmbito do programa “Comida pelo Trabalho”.

Alguns entrevistados consideram estes bens acessíveis a todos em termos de distância e preços, sustentando que as pessoas não precisam de percorrer grandes distâncias para terem acesso a cuidados de saúde, como salienta um entrevistado no distrito de Zavala:

“Antes da construção do hospital, as populações percorriam longas distâncias para ter cuidados médicos e medicamentos, mas agora temos hospital perto e medicamentos gratuitamente”.

Apesar deste cenário positivo, que foi apontado em algumas localidades, subsistem porém, problemas em outras, onde não existem unidades sanitárias, ou se existem há falta de medicamentos, problemas de atendimento, e falta de pessoal. A título ilustrativo, foi reportado que no posto de saúde de Chicomo, distrito da Massinga regista-se com frequência a falta de medicamentos, o que leva o enfermeiro a receitar medicamentos alternativos, o mesmo ocorre no posto de Nhamachacha no Município da Maxixe e localidade de Malamba no distrito da Massinga. Foram também apontados casos em que os postos de saúde encerram aos fins-de-semana, pelo que um dos entrevistados na localidade de Tome afirmaria, ironicamente que

“Somos proibidos de ficar doentes aos fins-de-semana”.

Ainda sobre o mesmo assunto, outro entrevistado na localidade de Lihodzana, distrito da Massinga disse:

“Nos últimos cinco anos foi aberto um hospital acessível em termos de preços, cobrando dois mil meticais por consulta, mas com problemas de atendimento pois ao fim de semana não funciona e quando temos problemas com as mulheres grávidas a situação tem de ser resolvida em casa por parteiras tradicionais”.

Registam-se por outro lado, casos de unidades sanitárias que estão concluídas mas que ainda não começaram a operar. Estas situações foram por exemplo, reportadas na localidade de Tsenane. Nesta localidade os doentes são obrigadas a deslocar-se para o posto de saúde localizado na sede do Posto administrativo de Funhalouro, que dista cerca de 50 km.

Ainda sobre o problema das distâncias um informante da localidade de Maculuve, distrito de Zavala afirmou:

“No sector da saúde ainda temos problemas, pois, o único posto de saúde, continua distante, o que faz com que as populações percorram longas distâncias para assistência médica”.

De uma forma geral, constata-se que houve uma ampliação da rede sanitária, foram construídas mais postos de saúde, centros e maternidades nas localidades. Os preços são acessíveis, em termos de distância em alguns casos também o são; pelo que, a acessibilidade em termos de distância, continua sendo um problema. Importa também salientar que problemas de atendimento, falta de medicamentos e de pessoal constituem um sério constrangimento para as populações.

Relativamente à questão do HIV/SIDA, embora não tenhamos feito no terreno um estudo sobre o assunto, pela informação que obtivemos a partir do “Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV – Ronda 2004” do GTM é no sul de Moçambique onde verificou-se uma taxa de prevalência do HIV/SIDA de 18.1%. Na província de Inhambane, nos distritos onde decorreu o estudo (Massinga, Funhalouro, Zavala, Município da Maxixe), o distrito de Zavala e o Município da Maxixe, é que possuem postos de sentinela. Nos restantes, o cálculo das prevalências é feito a partir da atribuição do distrito a um outro com

características mais ou menos similares. Deste modo, o distrito de Massinga foi atribuído ao Posto Sentinela do Centro de Saúde da Maxixe e o distrito de Funhalouro ao Centro de Saúde de Mabote. Em conformidade com este critério, são as seguintes taxas de prevalência do HIV/SIDA nestes distritos:

DISTRITO	TAXA DE PREVALÊNCIA/2004
Massinga	13.3%
Funhalouro	8.7%
Maxixe	13.3%
Zavala	7.3%

Fonte: Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica – Ronda 2004 - GTM

Água

Em relação à água, foi reportado que nos últimos cinco anos foram abertos furos, poços, e construídos fontenários públicos, estes últimos particularmente nas zonas peri-urbanas. Nas zonas rurais, uma parte dos furos de água foram abertos com a comparticipação da população local. Por exemplo, para a abertura de um furo de água, as comunidades devem contribuir com um valor considerado simbólico, de 5.000.000, 00 Mt (cinco milhões de meticais) e devem ser elas próprias a gerir o seu funcionamento e a manutenção.

Sobre esta forma de comparticipação, um entrevistado de Zavala mencionou que:

“As famílias da localidade estão a contribuir com 50 mil meticais para que a GEOMOC venha construir três poços de água, e da mesma forma já foram construídos dois, acho que em termos de água estamos um pouco bem, não é como antes”

Uma parte dos entrevistados em particular das zonas peri-urbanas no Município da Maxixe considera que o fornecimento de água potável registou melhorias significativas, devido à ampliação da rede de distribuição. Esta posição foi manifestada pelos entrevistados da localidade de Namachacha durante a 1ª fase da

pesquisa que decorreu em Abril. Contudo, durante a 2ª fase, que teve lugar em Junho/Julho, no mesmo local outros entrevistados consideraram que o sector da água continua com sérios problemas, de 2001 para cá, apenas foi construído um poço de água.

Ainda na 2ª fase da pesquisa os informantes da localidade de Bembe, pertencentes ao mesmo Município manifestaram sérias preocupações relativamente questão do acesso à água, e afirmaram que:

“O sector da água continua a ser um problema preocupante, muito embora tenham sido abertos dois poços com o apoio da Água Rural, estes não são suficientes, as famílias continuam a percorrer longas distâncias para obter água”

“A água constitui uma das nossas maiores preocupações, os poucos poços não tem sido suficientes, deste modo, algumas populações recorrem a água do rio para o consumo”

No contexto rural, dada a situação da seca que se faz sentir a questão do acesso da água tanto em quantidade como em qualidade tem sido um grave problema particularmente nos últimos três anos. Existem também problemas ligados com as distâncias em relação às fontes, problemas de manutenção das bombas derivados da falta de acessórios. Nesse sentido, entrevistados em Massinga e Funhalouro disseram que:

“A água é que constitui um dos nossos maiores problemas, porque os poços para além de serem distantes, são de céu aberto, o que causa problemas de saúde, pois a água não é das melhores para o consumo”

“As três bombas de água são insuficientes uma vez que o número da população é elevado e a localidade é extensa, tendo como agravante o facto da água que consumimos ser salubre”

As mesmas preocupações foram manifestadas, tendo alguns entrevistados contado que:

“O sector da água continua com sérios problemas, a solução tem sido o rio, que dista cerca de 3 quilómetros. É urgente a montagem de poços de água para minimizar o nosso sofrimento”.

“A água continua ser uma grande preocupação porque está muito distante”.

Desse modo, constata-se que nos últimos 5 anos houve um esforço de ampliar a rede de distribuição da água, foram abertos mais poços, construídos mais fontenários. Contudo, pelo que se capta dos depoimentos dos entrevistados a água ainda continua a ser muito insuficiente. Existem problemas de distância, ampliação, manutenção, acessórios e qualidade.

Agricultura e Pecuária

No que se refere à agricultura e pecuária, são de destacar as actividades de extensão rural, o programa de repovoamento pecuário, o fomento de culturas resistentes a seca, o fomento de culturas de rendimento, os programas de pulverização e a promoção do cultivo de hortícolas.

Face à situação da seca que se faz sentir, o governo tem levado a cabo campanhas visando o fomento de culturas resistentes à seca tais como a mandioca. Está também em curso um programa de distribuição gratuita de cabeças de ananaseiros, distribuição de sementes, fomento do cultivo de hortícolas e arroz nas zonas baixas, fomento de culturas de rendimento bem como a sua pulverização. Estas acções contam com o apoio de algumas organizações não-governamentais tais como a ADRA, a UNAC e a Visão Mundial.

Em Zavala, a ADRA e a Visão Mundial trabalham com as populações locais visando incrementar a segurança alimentar. Estas organizações têm promovido o cultivo de hortícolas (alface, cebola, cebola e couve), batata-doce de polpa alaranjada bem como culturas de rendimento como o caju. A ADRA tem também apoiado os camponeses em programas de pulverização dos cajueiros.

Nesse sentido, um dos entrevistados do distrito de Zavala avaliando estas actividades salientou o seguinte:

“No sector da agricultura há indicações de certas melhorias, com a existência de algumas organizações que tem trabalhado com as populações na melhoria do seu rendimento na produção agrícola, tanto nas culturas de rendimento como nas de segurança alimentar”

Um técnico de segurança alimentar entrevistado em Zavala, considerou que embora estes programas estejam a decorrer em zonas baixas não têm sido muito satisfatórios devido aos efeitos da seca. De notar ainda que estes programas estão numa fase inicial. Relativamente ao tratamento do cajueiro, tem sido registado uma certa resistência por parte dos camponeses que alegam que os serviços prestados pela ADRA não revitalizam a planta, mas sim a destroem.

Embora esteja em curso este conjunto de acções, dada a situação da seca parece que a intervenção do governo no sector da carece de maior dinamismo dado que é desta actividade que depende a maioria das populações das regiões cobertas pela amostra, ainda é fraca.

Comunicações (Estradas e Rede Telefónica)

No sector das estradas, foi reportado que estão em curso algumas obras de reabilitação de estradas de “terra batida” que asseguram as ligações entre as localidades.

A título de exemplo, no distrito de Funhalouro está em curso o melhoramento da estrada de “terra batida” que liga a sede do distrito ao de Massinga e as localidades de Tsenane e Mavume. Ainda no mesmo distrito está também em curso a reabilitação da estrada que lida a sede do distrito a localidade de Tome. Na localidade de Makuluve em Zavala há uma estrada melhorada de “terra batida” que liga esta localidade a Zandamela. Estas acções têm contribuído para a melhoria da circulação de pessoas e bens.

Apesar dos esforços no domínio da reabilitação de estradas, o uso de bicicletas não registou um crescimento significativo, no período de 1996 a 2003. Com efeito, o estudo conduzido pelo MPF (2004), indica que Inhambane registou no IAF 96/7 uma média de 7.8% de possuidores de bicicletas, o QUIBB de 2000 refere um crescimento para 12.5% e o IAF 2002/3 mostrou um ligeiro decréscimo para

11.7% de possuidores de bicicletas. A nossa equipa de pesquisa verificou no terreno uma fraca regularidade no uso deste tipo de meio de transporte.

Ainda sobre a questão de transporte, os agregados entrevistados queixaram-se da exiguidade de veículos para escoar os seus produtos, sendo a alternativa o recurso a carros de tracção animal. Por outro lado as tarifas de transporte tanto para passageiros como para as mercadorias são consideradas caras. A questão do transporte tem implicações a dois níveis:

- Elevados preços nos mercados locais dos produtos manufacturados adquiridos nas cidades devido aos elevados custos do transporte
- Desvalorização e baixa dos preços da produção local, dada a falta de alternativas de transporte dos produtores o que confere vantagens os transportadores na negociação dos preços com os produtores.

Um comerciante entrevistado na localidade de Malamba, referindo-se ao problema da alta dos preços e sua relação com os custos do transporte, sublinhou que:

“Há muitas dificuldades em fazer negócio porque as pessoas não tem poder de compra, os preços dos produtos são altos, o preço do transporte é um dos principais problemas; por exemplo, um saco de açúcar comprado na Massinga por 60.000.00 Mt, para o transportar é cobrado 25.000.00 Mt. Os preços dos produtos são controlados a partir de consensos alcançados pelos comerciantes nos encontros mensais”

Relativamente à rede telefónica, o sector apresenta muitos problemas. A quase totalidade das localidades situadas no interior da estrada nacional não possuem rede telefónica tanto fixa como móvel. Por exemplo, uma pessoa de Funhalouro-Sede que deseja comunicar-se com um parente ou amigo em Maxixe, Inhambane, Maputo ou África do Sul, mesmo na posse de um telemóvel é obrigada a deslocar-se para Massinga-Sede. Isto significa um percurso de 220 km (por viagem de ida e volta) e 140.000.00 Mt relativamente aos custos de transporte.

Ainda no que se refere a comunicação, um aspecto a realçar é o fraco número de aparelhos de rádio. De facto, a pesquisa do MPF (2004) indica que no IAF 1996/7, a província de Inhambane registou 38.1% de possuidores de aparelhos de rádio, no

QUIBB de 2000 foram registados 41.7% e no IAF 2002/3 registou-se um decréscimo para 32.9% possuidores de aparelho de rádio (MPF, 2004).

Energia

Existem sérios problemas no fornecimento de energia eléctrica. As localidades sede são servidas por geradores que, por insuficiências de combustível, fornecem energia apenas durante alguns períodos do dia. Devido a esta situação alguns operadores económicos e serviços usam pequenos geradores ou painéis solares.

Numa breve avaliação, no seu conjunto estes bens ainda estão longe de satisfazer as necessidades da maioria da população dado que em alguns casos estão localizados longe dos beneficiários ou porque o número dos mesmos é bastante reduzido em relação aos beneficiários. Por exemplo, de acordo com o director distrital de saúde de Funhalouro, algumas pessoas são obrigadas a percorrer uma média de 60 km para terem acesso ao centro de saúde mais próximo. De notar que no seu todo o distrito de Funhalouro possui apenas uma única ambulância.

As acções do governo em termos de criação de bens e serviços é muito contestada nas zonas rurais, onde é apontado um fraco desempenho deste na provisão dos mesmos, bem como a sua acessibilidade e utilidade. Apenas um pequeno sector dos entrevistados no meio urbano, durante a 1ª fase do estudo considerou ter havido uma ligeira melhoria do desempenho do governo nos últimos 5 anos em termos de provisão de bens e serviços, sua acessibilidade e utilidade. Contudo, como foi referido no início desta secção, na 2ª fase nos mesmos locais foi feita uma avaliação negativa.

Situação da Segurança

A questão da segurança foi considerada de muito preocupante. Foi apontada a existência de roubos sistemáticos nas casas, na via pública, roubos de gado bovino e caprino, saques nas machambas, agressões nos mercados devido ao alcoolismo e amantismo, assassinatos protagonizados por caçadores furtivos e exploradores

ilegais da madeira. Um dos entrevistados na localidade Nhabanda no Município da Maxixe contou que:

“A questão da segurança é muito preocupante. Durante os fins-de-semana, tem havido muitos roubos e pancadaria nos locais de diversão. Tenho informações que está curso a preparação da polícia comunitária, talvez esta irá conseguir travar esta onda de criminalidade”

A questão do policiamento é muito complexa, muito embora ao nível de muitas localidades existir a polícia comunitária esta não dispõe de meios para agir e nem possui uniforme que a identifique do resto da população. Nos distritos de Funhalouro, Massinga e Zavala foi referida a existência de esquadras da polícia apenas nas sedes distritais com pouco efectivo e sem cadeias. Em geral, foi referido que há casos de criminosos entregues a polícia e que são de imediato libertos, o que torna as comunidades vulneráveis às acções destes grupos de cadastrados.

Percepções sobre as Iniciativas a serem Desenvolvidas pelo Governo

Na óptica dos entrevistados, para a melhoria da vida dos indivíduos, suas famílias e comunidade em geral em ordem de prioridades destacou-se que o governo deveria:

1. Abrir mais poços particularmente nas zonas rurais.
2. Apoiar em sementes, instrumentos agrícolas (enxadas e catanas) e fomento da actividade pecuária.
3. Criar mais postos de emprego. Esta preocupação foi apresentada tanto nas zonas rurais como nas urbanas.
4. Construir mais postos de saúde perto das populações necessitadas.
5. Criação mais escolas do EP2 e pré-universitárias.

Ainda foi considerado que o governo deveria intervir nas seguintes áreas

- Melhoramento dos serviços de extensão rural
- Assistência alimentar aos pobres.
- Promoção de campanhas de fumigação dos cajueiros.

- Abertura empresas de óleos e sabões para o processamento da copra de modo que sejam gerados localmente mais postos de emprego.
- Reabilitação e abertura novas empresas de processamento da castanha de caju.
- Alargar a rede fornecimento de energia eléctrica¹¹.
- Apoio no âmbito da solução dos conflitos homem/animal e animal/homem¹².
- Maior controlo da caça furtiva¹³.

Deste conjunto de preocupações a expansão da rede de abastecimento da água, o apoio em sementes e instrumentos de trabalho e a geração mais postos de emprego, foram as mais enfatizadas.

Iniciativas de Apoio aos Pobres (Governo e ONG's)

De acordo a maioria entrevistados, existem muito poucas iniciativas do governo para apoiar as pessoas mais pobres a mudar a sua condição de vida. Apenas foi referenciado por parte do governo que o INAS tem pago um subsídio mensal de 70 mil meticais bem como tem estado envolvido no fomento da criação de animais de pequena espécie.

A equipa de pesquisa apurou ainda a existência de algumas ONG's nacionais e estrangeiras realizando acções em apoio às pessoas pobres destacando-se as seguintes organizações:

- KULIMA-VETAID - apoio agro-pecuário ao sector familiar na localidade de Mavume.

¹¹ Esta preocupação foi apresentada em Nhamachacha no Município da Maxixe. De acordo com a nossa constatação no terreno esta necessidade está aliada à prática da actividade pesqueira nesta zona que requer a existência de meios para a conservação do pescado

¹² Actualmente nas localidades de Manhiça e Chicomo, distritos de Funhalouro e Massinga encontra-se uma manada de elefantes que devasta sistematicamente as culturas dos camponeses e invade as reservas de água, aumentando as dificuldades já existentes em relação ao acesso deste líquido

¹³ Em Massinga e Funhalouro tem-se registado muitos casos de caça furtiva para fins de comercialização nas cidades, levada a cabo por homens armados. Para além dos problemas ecológicos que esta actividade pode causar, ela prejudica as populações locais porque a caça constitui uma das estratégias que permute aos locais algum rendimento em dinheiro e alimentação

- UNAC - assistência humanitária através do programa do “comida pelo trabalho” e assistência agro-pecuária.
- CARE – Apoio na construção de escolas e postos de saúde através do programa “comida pelo trabalho”, fomento pecuário, distribuição de lanches e papinhas nas escolas, programas de prevenção e combate ao HIV/SIDA, formação profissional nas áreas de carpintaria e serralharia e programas de educação nutricional.
- JESUS ALIVE: - fomento pecuário e apoio humanitário no âmbito do programa de distribuição de “papinhas nas escolas”.
- “Igreja Exército de Salvação” – apoia as crianças órfãs e vulneráveis e os serviços de saúde locais no âmbito da formação de equipas de activistas parceiras comunitárias.
- ADRA – fomento do cultivo do cajueiro, programas de pulverização, segurança alimentar e incremento do associativismo.
- ACORD – distribuição de produtos alimentares.

Mudanças (localidade, família e indivíduo)

Quanto à avaliação da situação de 2001/2005 a tendência dos entrevistados mostra que tanto ao nível da localidade, da família e dos indivíduos nada mudou. Os informantes referiam-se a esta situação nos seguintes termos:

“Tudo continua assim mesmo, não muda nada. Se não chove e não temos apoio de ninguém, nem água, nem nada, a minha casa continua assim mesmo, não muda nada, somos pobres assim mesmo”

2.4. Instituições, Intervenção e Participação

Participação na tomada de decisões

A maioria dos entrevistados referiu que tem participado na tomada de decisões na sua localidade. Esta participação é feita através das reuniões que regularmente são feitas ao nível dos bairros e círculos nas quais são discutidos problemas de interesse comum tais como: abertura e gestão dos furos de água, construção de

escolas, e postos de saúde, criminalidade entre outros. Estas reuniões são em geral convocadas pelos chefes de quarteirão e os secretários dos bairros.

Um aspecto importante que ainda foi referido prende-se ao facto de nem sempre haver consulta na elaboração dos planos, limitando-se os líderes comunitários a receber “orientações” das “estruturas”. Foram também reportados casos em que os líderes comunitários apenas vêem actividades a serem realizadas sem terem recebido qualquer informação. No âmbito da tomada de decisões as comunidades são geralmente representadas pelos secretários dos bairros, líderes comunitários, chefes tradicionais e os presidentes das localidades. Alguns dos entrevistados, lamentaram o facto de por vezes existir diferenças de interesses entre estas entidades, facto que por vezes gera conflitos, prejudicando em certa medida os interesses das comunidades.

Quanto à participação da mulher nos centros de tomada de decisões foi salientado que estas não são discriminadas e a sua participação situa-se ao mesmo nível que a dos homens.

Relativamente ao que deve ser feito para melhorar a participação das comunidades na tomada de decisões destacou-se o seguinte:

- A necessidade do contacto permanente entre as autoridades locais e a população mantendo-a informada sobre o que está ocorrendo bem como sobre o que está sendo perspectivado em relação ao futuro.

Mecanismos de resolução dos conflitos

Em casos de ocorrência de conflitos os entrevistados declararam que os problemas são colocados aos chefes zona que por sua vez os canaliza para o secretário do bairro. Dependendo da sua gravidade os problemas podem ser canalizados ao círculo ou à localidade para a consideração do tribunal comunitário ou do régulo. Aos régulos são geralmente colocados os problemas ligados à feitiçaria.

O serviço da polícia, de acordo com os entrevistados tem pouca presença, e tem sido pouco eficaz nos poucos casos a que a ela se recorre. A polícia é ainda pouco

acessível em termos de distância e tem uma lógica de funcionamento que se escapa às lógicas da população local. As pessoas alegam que quando notificam à polícia alguns casos tais como roubos, agressões violações, estes problemas nunca são resolvidos. os infractores são geralmente libertos continuando a ser uma constante ameaça para as comunidades.

IV. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO

Neste capítulo do trabalho, faremos uma abordagem comparativa dos resultados da presente pesquisa com os outros estudos realizados sobre pobreza em Moçambique¹⁴. Trata-se de um exercício complexo, tendo em conta que os vários estudos realizados seguem metodologias diferentes.

4.1. Sobre as percepções e dinâmicas da pobreza

No tocante a percepções sobre pobreza, especificamente as causas da mesma, Adam & Coimbra (1996:8), num estudo conduzido nas províncias de Maputo, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado referem a visibilidade da pobreza nos seguintes termos: “não tem estradas, leva-se muito tempo a chegar ao destino, não tem lojas, hospitais, escolas, a terra não é boa, vendem barato e tem que voltar a comprar mais caro”. Também são considerados pobres “os que vivem onde todos são pobres, devido a guerra, seca, e deslocados”. De uma forma geral estes autores concluem a existência de um discurso colocando duas categorias de pobreza, uma primeira conjuntural, resultante da guerra, seca e cultura de donativos; e uma segunda estrutural, onde consideram o rico como sendo o mau, feiticeiro, diferente dos outros (Adam & Coimbra, 1996:9).

Os resultados do estudo de Adam & Coimbra (1996) são parcialmente encontrados também por Bockel (2003:13) que no seu estudo referem que “no geral todos diziam-se pobres, com algumas excepções”. Ambos estudos realçam a questão da percepção da pobreza como uma fatalidade fora do controle do homem e mesmo como algo do qual não se pode fugir, colocando os indivíduos numa posição de conformismo.

¹⁴ Adam & Humberto (1996), Administração do Distrito de Funhalouro (2003), Bernstein (1992), Bockel (2003), Bruing et al. (2005), Channing (S/D), DPPF (2002), INE (2004), G20 (2004), Kulima/Vetaid (2002), MPD (2004), MPF (2001a), MPF (2001b), MPF (2002) e MPF (2003).

Os resultados do presente estudo ilustram a existência de percepções de pobreza derivada de aspectos ambientais, tais como a seca e cheias, de aspectos humanos e/ou económicos, como a falta de oportunidades de emprego formal, falta de recursos para gerar o auto-emprego a nível local, infra-estruturas (estradas), dificuldades de escoamento dos produtos, comercialização (relações de poder na negociação dos preços entre produtores e compradores/transportadores), falta de transporte, alta dos preços e falta de formação. São igualmente de considerar os aspectos individuais ligados a um sistema de atitudes tais como a falta de iniciativa, o desleixo e a preguiça. Neste contexto a questão do fatalismo, do pensar a pobreza como algo que afecta a todos, tende a minimizar, passando a percepção da intervenção humana a dominar o cenário, abrindo oportunidades para a percepção de obstáculos pontuais que intervêm na construção da pobreza, dos indivíduos e das comunidades.

Quanto a questão da comercialização, Adam & Coimbra (1996:8) referem, dentre outros aspectos, o seguinte facto “...vendem barato e tem que voltar a comprar mais caro...”, em alusão a fragilidade das redes de comercialização. De forma complementar Adam & Coimbra (1996: 15) apontam ainda como principais actividades geradoras de rendimento a agricultura, trabalho assalariado, venda de ovos, cestaria, caça, pesca, venda de galinhas, carpintaria, trabalhos de cerâmica, fabrico de carvão, corte de lenha, fabrico de bebidas, esteiras, ganho-ganho, alfaiataria e animais domésticos. O referido padrão de comercialização é similar ao encontrado pelo presente estudo.

Por seu turno MPF (2001:25) refere que a existência de uma

“Rede de comercialização fraca, preços flutuantes, operadores comerciais privados, escassa afluência de comerciantes em geral. Redução de oportunidades de emprego, fecho de grandes companhias, aumento de criminalidade, estavam associados a percepção de pobreza dos camponeses.”

Essa visão é aprofundada em MPF (2002:17), que refere que as

“Estradas dos distritos com mais elevada incidência da pobreza não estão em boas condições de transitabilidade, dificultando trocas comerciais e acesso a outros serviços. No geral, na província de Sofala nenhum distrito é atravessado por estradas em boas condições e a situação de pobreza é pior nesta província”.

Mais uma vez o presente estudo trazem resultados similares aos do MPF (2001) e MPF (2002).

No tocante a questão do emprego, Adam & Coimbra (1996:20) falam da necessidade de “Rever a situação contratual das empresas madeireiras nas regiões onde estão a actuar no que se refere aos benefícios que as populações locais poderão obter”. Esta situação derivava da existência de operadores que não honravam as suas obrigações para com as comunidades.

De forma complementar MPF (2001:25) refere que a “Redução de oportunidades de emprego, fecho de grandes companhias, estavam associados a percepção de pobreza dos camponeses”. Tanto a constatação de Adam & Coimbra (1996) como a de MPF (2001), voltam a ser referidas nos resultados do presente estudo.

Quanto a questão dos preços, os resultados do estudo de Adam & Coimbra (1996:8), ilustram que as populações “vendem barato e tem que voltar a comprar mais caro.” e que “O que produzem não chega para comprar o que necessitam”. Esta questão mostra uma discrepância entre os preços dos produtos que os camponeses vendem quando comparados com os preços dos produtos que eles necessitam comprar.

Sobre a dinâmica da pobreza, MPF (2001a: 25) refere que

“No conjunto, na maioria das comunidades visitadas, a percepção foi de que a pobreza e as condições de vida em geral pioraram, porque não foram resolvidos os problemas de longo prazo... e muitos dos existentes não são sustentáveis, isto é deterioram-se com o tempo e tornavam-se não operacionais...”

E mais adiante refere que a situação da pobreza “Melhorou em Muanza, mas piorou em Massinga e Funhalouro” MPF (2001a: 25). Esta descrição é

parcialmente corroborada por DPPF (2002:12) que introduz outros elementos sobre a dinâmica da pobreza, ao referir que a “...insegurança alimentar aumentou em Funhalouro, tendo-se mantido em Zavala e Massinga”.

Num estudo realizado por MPF (2002:11) é feita uma comparação da incidência da pobreza absoluta usando dados do IAF 96/7 e do censo da população de 1997 ao nível das províncias. Sobre as províncias de Sofala e Inhambane o estudo revela uma incidência de pobreza absoluta em torno de 80%.

Ainda de acordo com MPF (2002:13),

“Os resultados apresentados no mapa, mostram que a incidência da pobreza é maior nos distritos do interior de Inhambane..., na zona centro do país a incidência da pobreza estava a acima de 80 por cento para a maioria dos distritos de Sofala especificamente a parte interior da província com excepção do distrito de Dondo e a cidade da Beira”

Quanto ao tipo de habitação, o estudo do MPF (2004), mostra que houve um decréscimo de casas com cobertura de capim e outros materiais precários. A partir dos resultados do presente estudo, este cenário é parcialmente válido, sobretudo para algumas instituições Governamentais (direcções distritais), Públicas (Escolas, unidades sanitárias) e Privadas bem como ONG’s internacionais, ou ainda para a população no geral nas zonas urbanas ou peri-urbanas. Sendo por outro lado questionáveis para a população em geral nas zonas rurais, e mesmo para instituições governamentais como Sedes de Localidades, Líder comunitário, Escolas, mercados, “barracas”, lojas, locais de alojamento.

4.2. Sobre a avaliação das intervenções do governo

Educação

Relativamente ao sector da educação, os estudos realizados por Adam & Coimbra (1996:9) referem-se ao aumento de escolas construídas, mas chamam atenção para

o facto de a educação estar “...desajustada ao meio rural, horários, calendário escolar, programas”.

Por seu turno, o DPPF (2002), ao abordar a questão da educação, refere-se ao aumento do aproveitamento escolar, da melhoria na generalidade do sector acompanhada da redução da disparidade de género, a alfabetização e à semelhança referida por Adam & Coimbra (1996) quanto ao aumento de escolas. Esta posição é reiterada em Kulima/Vetaid (2002) que aponta que em Funhalouro a infra-estrutura do sector da educação cresceu, passando a dispor de 23 escolas EP1, 1 EPC e 12 AEA.

Os resultados do presente estudo revelam que, a nível institucional, há um crescimento de infra-estruturas, e um relativo acompanhamento em recursos humanos e condições de residência para os mesmos, escasseando meios e equipamentos de trabalho. De forma complementar, há um aumento da presença de raparigas nas classes iniciais. Contudo, do ponto de vista comunitário, a percepção captada pelo estudo corrobora a que foi registada por Adam & Coimbra, segundo a qual a escola é entendida como sendo importante, mas por outro lado ela é considerada como não servindo os interesses das comunidades.

Saúde

No sector da saúde, Adam & Coimbra (1996:9) mencionam o aumento de hospitais disponíveis. Esta posição é similar a apontada por DPPF (2002), para quem no sector saúde assistiu-se ao aumento de unidades sanitárias e à redução da mortalidade. Posição repetida em MPF (2003:4) ao referir que no sector saúde assiste-se a um “aumento de oferta de serviços”.

Os resultados do presente estudo secundam os resultados dos estudos anteriores, referindo apenas ser percepção dos entrevistados que, por um lado os serviços apesar de terem aumentado, serem insuficientes em termos de níveis de diferenciação das unidades sanitárias disponíveis para as comunidades e descontinuidades entre as lógicas de saúde das várias comunidades com os modelos e as práticas das unidades sanitárias.

Água

No que concerne à questão da água, Adam & Coimbra (1996:20) apontam, entre outros aspectos, “... a necessidade de se efectuarem obras de engenharia que evitem o desperdício de água, através da construção de pequenas barragens que permitam a armazenagem de água e a recarga de aquíferos”. Este aspecto ilustra a existência de dificuldades na gestão da água, que é central para a produção agrícola, da qual depende a maioria dos entrevistados. Esta posição é igualmente referida em MPF (2003: 4), ao mencionar dificuldades de gestão da água em períodos de crise, tal como ocorreu por exemplo durante as cheias de 2000 e na actual conjuntura de seca que se faz sentir no país desde 2002.

O estudo do MPF (2001a: 25) refere que “no conjunto, na maioria das comunidades visitadas, a percepção foi de que a pobreza e as condições de vida em geral pioraram, porque não foram resolvidos os problemas de longo prazo... e muitos dos existentes não são sustentáveis, isto é, deterioram-se com o tempo e tornavam-se não operacionais, como é o caso de bombas e furos”.

Um estudo levado a cabo pela Kulima/Vetaid (2002) menciona que em Funhalouro, “existem secas cíclicas e que o distrito não possui potencial hidrológico.” Relativamente ao abastecimento da água, o estudo evidencia ainda a existência de 65 furos dos quais 10 estão avariados e de 35 poços, todos em funcionamento. Esta posição é complementada no documento da Administração do Distrito de Funhalouro (2003:7) que refere a existência de “45 furos operacionais, 27 avariados e de 32 poços operacionais e 8 soterrados”. A taxa de cobertura é de 74% correspondente a 500 pessoas por cada fonte de água, a maior parte destas localizam-se nas sedes das localidades. Todavia, ainda persiste o facto de as populações percorrerem longas distâncias à procura do precioso líquido, situação que é reportada no presente estudo.

Agricultura e pecuária

Como fizemos alusão no capítulo 2, perto de 90% (92.5% em Sofala e 87.8% em Inhambane) dos agregados familiares entrevistados possuem machamba, entre os quais 89% (95% para Sofala e 83% para Inhambane) possuem título de propriedade. Quase todos os agregados familiares entrevistados criam algum tipo de animal, com maior destaque para galinhas, cabritos, bois/vacas e patos. Esta posição é reiterada em Adam & Coimbra (1996: 15).

Relativamente à questão da exploração da madeira, os camponeses queixam-se do facto de os operadores não cumprirem com as suas obrigações contratuais. Sobre este assunto, o estudo de Adam & Coimbra (1996:18) cita um camponês nos seguintes termos:

“...levam tudo e ficam somente os buracos... além dos salários baixos e sazonais os madeireiros pouco ou nada fazem pelo distrito. Auxiliaram na abertura da estrada até Meluco Sede mas só pagaram o gasóleo e o estado arranhou a máquina”

Face a este cenário, o estudo recomenda a necessidade de “Rever a situação contratual das empresas madeireiras nas regiões onde estão a actuar no que se refere aos benefícios que as populações locais poderão obter” (Adam & Coimbra, 1996:20).

Por seu turno, o MPF (2003) refere que no sector de Agricultura e Desenvolvimento Rural, existe uma tendência crescente de montagem de campos de demonstração de resultados que visam encorajar os camponeses a aderirem a novas técnicas de cultivo. Contudo, o mesmo estudo indica a existência de concorrência por parte das ONG's que aliciam os extensionistas em prejuízo das direcções distritais da agricultura.

Os resultados do presente estudo, ilustram também o crescimento do número de campos de demonstração de resultados, e a redução do número de extensionistas ao serviço das direcções distritais de agricultura. Igualmente, o presente estudo refere-se à construção de celeiros e colmeias melhorados, de bombas de água e moageiras, apesar de consideradas insuficientes pelos entrevistados.

Quanto à pecuária, o MPF (2003) menciona o crescimento dos efectivos caprinos e bovinos, por via do fomento pecuário. Os resultados do presente estudo, sugerem que se por um lado os entrevistados reconhecem em algumas localidades o referido crescimento, são discordantes e contestatários em relação a forma pela qual a distribuição dos mesmos é feita. É percepção dos entrevistados que os beneficiários do referido fomento são indivíduos não pobres e que de forma alguma partilham com os pobres o fomento, e quando o fazem estes últimos, servem apenas como empregados.

Transportes e Comunicações

A despeito das comunicações, Adam & Coimbra (1996:8) apontam a inexistência de estradas e ao facto de levar-se muito tempo a chegar ao destino, como percepções de pobreza por parte dos entrevistados.

O estudo do MPF (2002:17) menciona que “Estradas dos distritos com mais elevada incidência da pobreza não está em boas condições de transitabilidade, dificultando trocas comerciais e acesso a outros serviços. No geral, na província de Sofala nenhum distrito é atravessado por estradas em boas condições e a situação de pobreza é pior nesta província”. Com resultado similar a Administração do Distrito de Funhalouro (2003), aponta que as estradas são de terra batida, e apenas uma foi reabilitada (Funhalouro- Mbene- Munga), fazendo com que o resto das estradas tenha problemas de transitabilidade.

Os resultados do presente estudo, trazem problemas relativos à transitabilidade das vias e disponibilidade de meios de transporte. Contudo, são visíveis obras de reparação e reabilitação de estradas de terra batida que asseguram as ligações entre as localidades. A má condição das vias dificulta a circulação de pessoas e bens bem como o encarecimento a nível local dos produtos adquiridos nas áreas urbanas.

Sobre as comunicações, Kulima/Vetaid (2002) refere que em Funhalouro o recurso comunicacional disponível é composto por rádios receptores transmissores. Tal

posição é reiterada em Administração do Distrito de Funhalouro (2003), que indica que para além de rádios transmissores, a alternativa é viajar a Massinga para falar ao telefone celular. O presente estudo constatou o mesmo cenário na maioria das localidades visitadas, com excepção de Inhaminga, que beneficia de uma central de telefone fixo, Nhamatanda e Cidade da Beira que passaram a ter telefone celular.

Energia

O presente estudo constatou que a maior parte do sul da província de Inhambane passou a beneficiar, de energia eléctrica de Cahora Bassa, com 24 horas de ligação, na zona norte de Inhambane o cenário continua marcado por abastecimento parcial feito com base em geradores. De forma complementar, à excepção de Nhamatanda e Cidade da Beira, os distritos de Cheringoma e Chibabava continuam abastecidos por energia de grupos geradores, beneficiando maioritariamente instituições e residências de funcionários do Estado.

Segurança e participação na tomada de decisões

O estudo do MPF (2001a: 25) refere que na óptica dos camponeses, a criminalidade é um dos factores associados à pobreza. Os dados do presente estudo mostram que a criminalidade é um dos factores da pobreza, na medida em que os camponeses consideram que a criminalidade é um dos factores que contribui para o empobrecimento.

Quanto a questão de participação na tomada de decisões e mecanismos de resolução de conflitos, Kulima/Vetaid (2002) refere a existência de incompatibilidade entre a estrutura tradicional as leis locais e o código civil na resolução de conflitos.

O nível de articulação entre as autoridades do Estado ao nível local e o poder comunitário local é frágil, com as primeiras usando as segundas na sua maioria para passar informações ou para mobilizar comunidades para cumprir as suas agendas sem antes debater e discutir com as mesmas.

A falta de clarificação exacta no posicionamento hierárquico entre as figuras de Presidente de localidade, Secretário de Bairro e Régulo. Acontece que no terreno, o régulo e o secretário de bairro digladiam-se no exercício de mesmas funções. O régulo aparece também a prestar contas ao chefe do posto e ao administrador. Ora, em princípio, o régulo está sob jurisdição do presidente da localidade, que por sua vez presta contas ao Chefe do posto.

No cômputo geral os resultados do estudo sugerem a manutenção ou o agravamento da situação de pobreza dos entrevistados, difíceis de perceberem quando as análises são baseadas em dados agregados e apenas no número de infra-estruturas novas.

V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O estudo efectuado permitiu apurar as seguintes conclusões:

Quanto as percepções sobre as causas da pobreza, de uma forma geral os entrevistados, nas duas províncias associam as causas da pobreza aos seguintes factores:

- Ambientais

A seca é considerada como sendo principal causa do empobrecimento progressivo das populações particularmente nas zonas rurais. Importa aqui referir que grande parte das zonas onde decorreu a pesquisa depende da agricultura de sequeiro. Desta maneira, a falta de chuvas tem tido implicações muito negativas nas campanhas agrárias, tornando as pessoas vulneráveis a má-nutrição e fomes cíclicas.

- Humanos/económicos

Dentro deste conjunto de factores foi salientado a falta de oportunidades de emprego formal, bem como a falta de recursos para gerar o auto-emprego a nível local. Esta situação foi reportada tanto no contexto urbano como rural. Outros factores como a infra-estruturas (estradas), dificuldades de escoamento dos produtos, comercialização (relações de poder na negociação dos preços entre produtores e compradores/transportadores), falta de transporte, alta dos preços e falta de formação igualmente são de considerar, dado que concorrem para pobreza.

- Individuais

Um sistema de atitudes tais como a falta de iniciativa, o desleixo e a preguiça foram reportadas.

Em termos das principais necessidades básicas das pessoas consideradas pobres foram salientadas as seguintes, por ordem de prioridade:

1. Alimentação;
2. A existência de mecanismos de apoio durante o período de secas (sementes, instrumentos agrícolas,)

3. Criação de postos de trabalho
4. Água potável
5. Postos de saúde (para não terem que percorrer grandes distâncias),

Para além destas necessidades, foram apontadas outras tais como:

- Moagens,
- Animais para criar,
- Mais escolas
- Vestuário

Sobre as dinâmicas da pobreza e lógicas de acção o estudo procurou apurar dos entrevistados acerca das mudanças que teriam ocorrido nas suas vidas, famílias e a nível comunitário nos últimos cinco anos (período 2001-2005), bem como avaliar as razões das opções que vêm desenvolvendo face aos problemas económicos que vem enfrentando. Sobre este assunto, os dados obtidos mostram que a situação económica tanto a nível individual, familiar e comunitário nas duas províncias declinou, havendo fortes indícios do aumento do número de pessoas que está caindo na situação de pobreza.

Quanto as lógicas de acção, nas zonas rurais as pessoas afirmam que continuam a apostar na agricultura para a sua sobrevivência, dado que fora desta actividade poucas são as alternativas que podem garantir a sua sobrevivência. Os pequenos negócios, a criação de animais de pequenas espécies, o trabalho temporário e a exploração de recursos florestais aparecem como uma alternativa para atenuar a situação decorrente da seca que tem estado a provocar défices na produção alimentar.

Esta constatação torna claro que a dependência dos camponeses em relação ao ciclo hídrico, particularmente o das chuvas, é uma questão que deve ser tomada em consideração em todos os programas que se pretendem ser um contributo ao alívio da pobreza absoluta no contexto rural.

A solução deste dilema não passa apenas pela divulgação ou promoção de culturas resistentes a seca. Outras alternativas devem ser consideradas no âmbito da extensão rural como a construção de represas e pequenos canais de irrigação.

Relativamente aos bens criados pelo governo últimos 5 anos, os entrevistados salientaram as acções no âmbito da construção de escolas, postos de saúde, maternidades, abertura e reparação de estradas, abertura poços, fomento do repovoamento pecuário, fomento de programas de pulverização fito sanitário e introdução de variedades novas culturas para mitigar a situação da seca.

Apesar de um pequeno sector das pessoas contactadas considerarem que tais bens tiveram um impacto positivo para as suas vidas e para a comunidade em geral, um outro sector, o maioritário, contesta o desempenho do governo na provisão de bens e serviços nos últimos 5 anos. Este sector considera que no seu conjunto, os bens e serviços criados estão muito longe de satisfazer as necessidades da população dado que em alguns casos estão localizadas muito longe dos seus beneficiários, ou porque o seu número é bastante reduzido em relação aos beneficiários.

Existem problemas relativamente de acessibilidade e qualidade da água. Considera-se que a água continua distante e é de fraca qualidade. O número de poços é insuficiente, há problemas de manutenção devido a incapacidade financeira para a aquisição dos acessórios.

No sector da educação, muito embora seja patente a ampliação da rede escolar registam-se alguns problemas tais como a amplitude da rede, a fraca qualidade do ensino e a qualidade do material de construção. Relativamente à amplitude, verifica-se uma fraca distribuição das escolas do EP2 o que obriga os alunos a percorrer longas distâncias. No que diz respeito a qualidade do material de construção algumas escolas são construídas ou ampliadas com base em material precário, carecendo assim de constantes cuidados em termos de manutenção. De forma complementar expressaram a sua insatisfação em relação a relevância dos conteúdos leccionados para a vida dos indivíduos e das comunidades.

Ainda no sector da educação foi apontada a necessidade de construção de infra-estruturas condignas de habitação para o corpo docente e técnico administrativo, bem como evitar-se as situações de atrasos nos salários.

Na saúde é também evidente o crescimento da rede sanitária, porém subsistem problemas de cobertura (falta de postos de saúde em algumas localidades), falta de medicamentos, problemas de atendimento, transporte para evacuação dos doentes e falta de pessoal técnico. Igualmente há necessidade de garantir as condições de habitação dos técnicos ligados a esse sector, bem como garantir a alocação de um número mínimo de funcionários para a prestação de serviços com um mínimo de qualidade.

No sector agro-pecuário fica evidente a necessidade da criação de um serviço de comercialização dos excedentes agrícolas e outros bens de consumo; o alargamento do programa de repovoamento pecuário a mais famílias bem como a instalação de pequenas indústrias viradas para o processamento de hortícolas. A falta de serviços bancários é também notória. De forma complementar, uma chamada de atenção as instituições que desenvolvem actividades de promoção de apoio as pessoas pobres, no sentido de para além do apoio em micro-créditos ou produtos alimentares, terem em conta necessidades de formação dos beneficiários em termos de planificação e gestão de recurso, bem como a criação de condições de subsistência que permitam aos beneficiários sobreviverem antes da iniciativa da qual beneficiam comece a gerar rendimentos.

O transporte constitui um sério constrangimento, dificulta o escoamento dos produtos para os mercados e condiciona a capacidade de negociação dos produtores com os transportadores colocando os últimos numa situação de vantagem. O transporte também contribui para a alta dos preços dos produtos que são adquiridos nos centros urbanos para a revenda nas zonas rurais o que diminui a capacidade de compra das populações nas zonas rurais.

A questão da energia constitui um outro problema a considerar, muitas das localidades visitadas não possuem energia eléctrica, e a pequena percentagem que a possui é a partir de geradores que operam apenas durante um curto período do

dia. Esta questão deve ser bem equacionada na medida em que tem uma influência negativa em outros sectores tais como serviços públicos, comércio, segurança, entre outros.

No sector das comunicações os distritos situados no interior da Estrada Nacional não existe qualquer rede telefónica, as estradas são todas de “terra batida” e com falta de manutenção, sendo a transitabilidade vulnerável em relação às condições climáticas o que dificulta a ligação entre as localidades em termos de circulação de pessoas e bens. Mesmo ao longo das vias asfaltadas, a deficiente qualidade das obras de manutenção executadas, leva a que estas sejam constantes.

Na óptica dos entrevistados, para a melhoria da vida dos indivíduos, suas famílias e comunidade em geral, em ordem de prioridades foi destacado que o governo deveria:

1. Abrir mais furos e poços de água, particularmente nas zonas rurais.
2. Apoiar em sementes, instrumentos agrícolas (enxadas e catanas) e fomento da actividade pecuária.
3. Criar mais postos de emprego. Esta preocupação foi apresentada tanto nas zonas rurais como nas urbanas.
4. Construir mais postos de saúde e escolas do EP2 perto das populações necessitadas.
5. Criar um serviço para a comercialização dos excedentes agrícolas e outros bens de consumo.

Foi ainda considerado que o governo deveria intervir nas seguintes áreas:

- Melhoramento dos serviços de extensão rural
- Alocação de pessoal mínimo para garantir o funcionamento dos serviços (enfermeiros, médicos, professores, extensionistas rurais)
- Assistência alimentar aos pobres.
- Mais apoio às viúvas e crianças órfãs do HIV/SIDA.
- Reforço da presença policial.
- Alargamento do fornecimento de energia eléctrica.
- Promoção de campanhas de fumigação dos cajueiros.

- Abertura pequenas empresas de processamento de produtos locais (por exemplo, de óleos e sabões para o processamento da copra de modo que sejam gerados localmente mais postos de emprego).
- Reabilitação e abertura novas empresas de processamento da castanha de caju.
- Alargamento da rede fornecimento de energia eléctrica.
- Apoio no âmbito da solução dos conflitos homem/animal e animal/homem.
- Maior controlo da caça furtiva.

Em relação a segurança, na maioria das localidades visitadas, foi reportado a ocorrência sistemática de vários crimes, tais como agressões físicas derivadas por alcoolismo e amantismo, homicídios, assaltos nas casas e vias públicas, roubos de gado, exploração ilegal dos recursos florestais (caça e madeira).

A questão do policiamento é muito complexa, uma parte significativa das localidades já possui polícia comunitária mas esta não foi apetrechada de meios para agir e nem possui uniforme que a identifique do resto da população. Esse facto é agravado pelo facto de a presença policial nas áreas rurais ser insignificante e muitas vezes se resumir a uma presença ao nível das Localidades sede. Desse modo, a acção da polícia (PRM) é muito contestada, dado que os entrevistados alegam que ela está distante e em geral age de forma contrária às lógicas locais.

Relativamente à participação na tomada de decisões e gestão dos bens públicos salienta-se que a articulação entre as autoridades do Estado e do Governo ao nível local, com o poder comunitário é frágil, com as primeiras usando as segundas na sua maioria para passar informações ou para mobilizar comunidades para cumprir as suas agendas sem antes debater e discutir com as mesmas. Dentro dessa lógica, a tendência geral dos entrevistados mostra que há participação/informação em reuniões convocadas pelos secretários dos bairros e presidentes das localidades, mas que a mesma tem sido verificada em algumas áreas restritas tais como a construção e manutenção de escolas e furos de água.

A falta de clarificação exacta no posicionamento hierárquico entre as figuras de Presidente de localidade, Secretário de Bairro e Régulo. Acontece que no terreno, o régulo e o secretário de bairro podem em certo momento conflitar no exercício de mesmas funções. O régulo aparece também a prestar contas ao chefe do posto e ao administrador. Ora, em princípio, o régulo está sob jurisdição do presidente da localidade, que por sua vez presta contas ao Chefe do posto.

Outro elemento importante, tem a ver com a partidarização das instituições locais do Estado e do Governo nas áreas rurais, bem como a discriminação de beneficiários de programas de ajuda com base em cores partidárias, constituem motivo para a não participação bem como a marginalização de um sector da população na vida da comunidade. Igualmente verifica-se que há uma fraca articulação

Duma forma geral, pelo que pode ser apurado a partir da amostra nas duas províncias, o nível de vida das pessoas decresceu, a sua situação económica e social declinou. A questão da seca é considerada epicentro desta situação.

Na província de Inhambane, os dados recolhidos neste estudo ilustram que a situação da pobreza é aguda, as pessoas declararam ser elevado o número dos que têm vindo a empobrecer nos últimos 5 anos. Esta constatação permite-nos corroborar com a avaliação do IAF (2002-2003) que indica uma alta incidência da pobreza absoluta nesta província cuja cifra se situa em 80.1%. No caso da província de Sofala, pelo menos, nas regiões abarcadas pelo estudo subsistem dúvidas sobre a cifra de redução da incidência da pobreza absoluta em 39.5 % que o IAF (2002-2003) reporta. A maioria dos entrevistados considerou que pouca coisa mudou nos últimos 5 anos, e que a tendência que se verificou foi o acentuar da pobreza em particular em relação aos que outrora eram considerados como não pobres.

Como foi sublinhado nos procedimentos metodológicos, o estudo foi realizado durante um período crítico em que as populações sofriam os efeitos de uma seca severa que perdura há três anos. Deste modo, como foi evidenciado no parágrafo anterior, os resultados obtidos em relação a Sofala são de certo modo

contraditórios aos do IAF, tendo os entrevistados realçado o facto de as suas vidas nos últimos 5 anos e outros acentuarem que a sua situação teria piorado no mesmo período.

De qualquer modo, é digno realçar que a nível metodológico, a combinação entre análises quantitativas, captadas por intermédio de inquéritos e análises qualitativas, alicerçadas em entrevista semi-estruturadas, histórias de vida e observação directa, podem servir de um instrumento potente para efectuar avaliações cada vez mais aproximativas da evolução da situação da pobreza em Moçambique.

VI. BIBLIOGRAFIA

ADAM, Yussuf & Coimbra, Humberto (1996). A Pobreza em Moçambique: Um Estudo Participativo. Maputo: UEM-CEP

ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE FUNHALOURO (2003) Plano de Desenvolvimento do Distrito de Funhalouro. Funhalouro

BERNSTEIN, Henry (1992) Rural Livelihoods: Crise and responses. Oxford University Press

BOCKEL, Natalie (2003). Avaliação do modelo Piloto de Monitoria do PARPA. Documento Interno

BRUING, Maximiano et al. Qual foi a dinâmica dos determinantes da pobreza em Moçambique. MPF, Março 2005

CHANNING, Arndt (S/D) Seasonality in Caloric Consumption: Evidence from Mozambique.

DPPF (2002) Reduzindo a Pobreza em Inhambane. Relatório Balanço Sobre Actividades Desenvolvidas no Âmbito do PÉS 2002 e do Cumprimento do PARPA

INE. 2004. Relatório Final do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar, 2002-03. Direcção de Estatísticas Demográficas.

G20 (2004) Relatório Anual da Pobreza. Maputo: G20

KULIMA/VETAID (2002) Monografia do Distrito de Funhalouro. Maputo

MPD (2004) Estimativa e Perfil da Pobreza em Moçambique. Uma Análise Baseada no Inquérito aos Agregados Familiares 2002-03)

MPF (2001a) Avaliação Participativa da Pobreza: Relatório de Síntese, Maputo.
Documento interno

MPF (2001b) Avaliação Participativa da Pobreza: Manual de Referência e Formação
em Técnicas Participativas, Maputo. Documento interno

MPF (2002) Mapeamento da pobreza em Moçambique: Desagregação das
Estimativas da Pobreza e Desigualdade aos Níveis de Distrito e Posto Administrativo,
Maputo

MPF (2003) Implementação do PARPA: Relatório de Avaliação: 2001-2002. Maputo.
Documento Interno

VII. ANEXOS

ANEXO 1. GUIÃO DE ENTREVISTA AOS AGREGADOS FAMILIARES



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

ESTUDO QUALITATIVO SOBRE A POBREZA EM SOFALA E INHAMBANE

Boletim de Inquérito nº |__|__|__|

Nome do Entrevistador _____

Hora de início |__|__|:|__|__| Hora de término |__|__|:|__|__|

Nome do Supervisor _____

Data: /___/___/05

A. LOCALIZAÇÃO

A1. Província: Sofala 2. Inhambane

A2. Distrito

1. Beira 2. Cheringoma 3. Nhamatanda

4. Chibabava 5. Maxixe 6. Massinga

7. Funhalouro 8. Zavala

A3. Porto administrativo _____

A4. Localidade _____

A5. Área de residência

1. Urbana 2. Peri-urbana 3. Rural

B. CARACTERISTICAS DO AGREGADO FAMILIAR

B1. Sexo do chefe do agregado familiar

1. Masculino 2. Feminino

B2. Idade do Chefe do Agregado familiar |__|__|

B3. Nível de formação concluído

1. Nenhum 2. Primário 3. Secundário
4. Superior 5. Outro (especifique) _____

B5. Profissão/Ocupação do chefe do AF _____

B6. O seu pai (pai do chefe do AF) tem/tinha a mesma profissão/ocupação?

1. Não 2. Sim

B7. Religião do chefe do AF:

1. Católica 2. Protestante 3. Outra cristã
4. Muçulmana 5. Sem religião 6. Outra

B8. É natural desta localidade? 1. Não 2. Sim

B9. Se Não, indicar a localidade, distrito e província de nascimento:

Localidade _____

Distrito _____

Província _____

B10. Se não é natural desta localidade, há quantos anos vive aqui?

1. Menos de um ano 2. 1-4 anos 3. 5 ou mais anos

B11. Quantas pessoas vivem neste agregado familiar |__|__|

B12. Do Agregado familiar quantas pessoas se situam entre as seguintes idades:

0 - 17 |__|__|

18 - 59 |__|__|

+ 60 |__|__|

B13. Quantas pessoas no agregado familiar contribuem de forma regular em dinheiro ou produtos |__|__|

B14. Quantas pessoas adultas do agregado são incapazes/impossibilitadas de contribuir com dinheiro ou produtos para o sustento da família? |__|__|

Porquê? _____

C. ACTIVIDADES AGRO-PECUÁRIAS

C1. O agregado familiar tem machamba?

1. Não 2. Sim

C2. Se tem, quantas? |__|__|

C3. tem título de propriedade?

1. Não 2. Sim

C4. O que é que produz na sua machamba? _____



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

ESTUDO QUALITATIVO SOBRE A POBREZA EM SOFALA E INHAMBANE

GUIÃO DE ENTREVISTA AOS AGREGADOS FAMILIARES

I. PERCEPÇÕES SOBRE A POBREZA

§. Objectivo: Captar percepções subjectivas sobre pobreza e as suas principais determinantes nos diversos subgrupos sociais (combinação entre técnicas qualitativas e participativas);¹⁵

§. CAUSAS DA POBREZA

- 1.1. O que é ser pobre? Porquê? (O que é que caracteriza a pobreza?)
- 1.2. Quais são as causas da pobreza?

§. DINÂMICA DA POBREZA

- 2.3. As pessoas que você considera pobres são poucas ou muitas?

Dessas pessoas pobres, algumas delas melhoraram de situação nos últimos tempos? Porquê?

- 2.4. As pessoas que você considera não pobres são poucas ou muitas?

Dessas pessoas não pobres, algumas delas empobreceram nos últimos tempos? Porquê?

§. DISTINÇÃO ENTRE POBRES E NÃO POBRES

- 1.3. Quem são os pobres dentro da sua comunidade? Porquê?
- 1.4. Quem são os não pobres? Porquê?

¹⁵ Nesta fase de pesquisa, as técnicas aplicadas devem servir para identificar as definições socioculturais (estatutos, papéis) e socio-económicas (tarefas, responsabilidades) básicas que constituem indicadores do sistema de estratificação social existente e que permitem identificar os princípios que orientam as percepções e acções de diferentes subgrupos.

- 1.5. Como é que sobrevive o grupo dos mais pobres?
- 1.6. Quais são as necessidades básicas mais importantes dessas pessoas pobres?
- 1.7. Esses pobres tem certificado de pobreza?
- 1.8. Que tipo de benefícios tiveram com esse documento?

II. LÓGICAS DE ACÇÃO

§. Objectivo: Captar comentários e atribuições sobre as mudanças positivas e/ou negativas e os principais factores responsáveis, ocorridos nos últimos anos, e sobre principais factores responsáveis pela a melhoria/não melhoria da situação dos mesmos subgrupos; ou seja, como é que eles explicam ou traduzem as mudanças.

1. Nos últimos dois anos a situação económica e social da sua família melhorou ou não? Porquê?
2. Nos últimos tempos o que é que tem feito para melhorar a sua condição de vida?
3. Quais são as razões dessa escolha?

III. AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO DO GOVERNO

§. Objectivo: Recolher opiniões sobre a mais-valia (em termos de necessidades/prioridades, utilidade, qualidade e sustentabilidade) produzida pelos bens e serviços públicos fornecidos e sobre o seu grau de contribuição na melhoria do bem estar nos diversos subgrupos;

- 3.1. Que tipo de bens foram criados (nos últimos 5 anos) [água, cuidados de saúde, educação, serviços policiais, latrinas, serviços de desenvolvimento tais como extensão rural, micro-crédito]
- 3.2. Tais bens foram úteis (Comunidade, família, indivíduo)? Porquê?
- 3.3. Considera tais bens acessíveis e duráveis?
- 3.4. Qual a acessibilidade de tais bens em termos de distância?
- 3.5. Qual a acessibilidade de tais bens em termos de uso dos mesmos?

- 3.6. Terão estes bens ajudado a melhorar a sua vida (identificar o tipo (s) de serviço (s))
- 3.7. Quais são as tuas prioridades para melhorar a tua vida, da tua família e da comunidade ao nível local?
- 3.8. Que tipo de iniciativas (Governo, ONG's e locais) existem para ajudar os pobres a mudar da sua situação?
- 3.9. O que é que mudou na sua localidade, família e individualmente (considere a situação de 2001 e a situação actual).

IV. INSTITUIÇÕES, INTERVENÇÃO E PARTICIPAÇÃO

§. Objectivo: Captar as respectivas experiências sobre as possibilidades de participação nos processos de tomada de decisão/de monitoria das políticas públicas.

- 5.1. Até que ponto participa na tomada de decisões sobre a vida da sua localidade (incluindo a gestão e monitoria das políticas)?
- 5.2. Até que ponto participa na tomada de decisões sobre a gestão da coisa pública (utilização de poços, motobombas, fontenários, etc.) vida da sua localidade
- 5.3. Aquando da elaboração dos planos no âmbito da Planificação Participativa são consultados? São informados acerca do que vai acontecer ou realizar-se?
- 5.4. Quem representa a comunidade nos órgãos locais de tomada de decisões?
- 5.5. qual a participação das mulheres nos órgãos locais de tomada de decisão?
- 5.6. O que é que pode ser feito para melhorar a participação da comunidade na tomada de decisões?
- 5.7. Quando tem problemas (conflitos sociais com outras pessoas, domésticas, etc.) onde é que recorre? (pólicia, tribunal comunitário, chefe da localidade)
- 5.8. Pertence a alguma associação local (ORAM, UNAC, etc.).

ANEXO 2: GUIÃO DE ENTREVISTA AOS INFORMANTES CHAVES

ÁREA	O QUE O PARPA PRECONIZA	CATEGORIAS DE INFORMANTES-CHAVE	OBJECTIVO DA ENTREVISTA	PERGUNTAS
EDUCAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1. A escolarização universal e a expansão do acesso a todos níveis de ensino, tendo em conta a promoção da equidade do género 2. A elevação da qualidade e relevância do ensino para reduzir a ineficiência (repetência e desistência dos instruendos) 	Director de escola	A visão oficial da educação (dificuldades, desafios, melhorias)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual a cobertura da rede escolar 2. Qual o tipo de escolas existentes 3. Nível escolar oferecido 4. Qualidade de ensino (tipo de professores que tem) 5. Índice de aproveitamento escolar 6. Importância dos curricula/conteúdos ministrados 7. Participação da rapariga (últimos 5 anos) aumentou, manteve ou diminuiu? Porquê? 8. Nos últimos 5 anos: que melhorias foram registadas/ em que áreas e quais as que mantiveram ou não melhoraram 9. O que gostaria de ver melhorado
		Professor		
		Pessoas que lidam com crianças desfavorecidas	As dificuldades ou desafios	<ol style="list-style-type: none"> 1. Importância dos curricula/conteúdos ministrados

		Organizações sociais	que enfrentam para garantir a educação das crianças	<ul style="list-style-type: none"> 2. Qualidade de ensino e dos professores 3. Nos últimos 5 anos: que melhorias foram registadas/ em que áreas e quais as que não melhoraram 4. O que gostaria de ver melhorado
		Famílias substitutas		
		Líder religioso		
AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none"> 1. Aumento da produção e produtividade agrícola, especialmente no sector familiar (implica um maior e melhor uso de factores de produção: sementes, terra – e do crédito). 2. Aumento da rentabilidade da actividade agrícola (compra de insumos e comercialização de excedentes em mercados mais acessíveis e competitivos) 3. Redução da insegurança 	Extensionista rural	Visão da implementação dos serviços públicos de extensão rural às famílias	<ul style="list-style-type: none"> 1. Quais as actividades dos serviços de extensão rural na localidade 2. Qual o tipo de culturas produzido: alimentares ou de rendimento? 3. Como é que funciona o sistema de segurança alimentar? 4. Que tipo de programas de fomento pecuário existem 5. Qual a actuação das ONG's no fomento das actividades agro-pecuárias e qual o seu impacto 6. Nos últimos 5 anos: que melhorias foram registadas/ em que áreas e quais as que não melhoraram 7. O que gostaria de ver melhorado
		Técnico da segurança alimentar		
		Organizações/associações de camponeses (ex. ORAM, UNAC)	Visão das acções levadas a cabo por ONG's e que concorrem ou não para a redução da pobreza absoluta	

	alimentar	Agricultores que estejam a operar	Visão de como é percebida a política do governo em relação a agricultura, pecuária e pesca (apoios, extensão)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tem acesso aos serviços de extensão rural 2. Tem acesso a sementes, a meios de combate às pragas 3. Tem a segurança e posse de terra
		Criadores de gado		
		Pescadores		

				<p>regularizada</p> <p>4. Tem acesso ao crédito agrícola?</p> <p>5. Tem acesso a instrumentos de produção (motobombas, alfaias, tractores, etc.)</p> <p>6. Beneficiou de programas de repovoamento pecuário?</p> <p>7. Beneficia de controle de pestes, tanques carracidas</p> <p>8. Qual a actuação das ONG's no fomento das actividades agro-pecuárias e qual o seu impacto</p> <p>9. As mulheres tem sido beneficiárias de todos esses programas? Essas mulheres são poucas ou muitas?</p> <p>10. Nos últimos 5 anos: que melhorias foram registadas/ em que áreas e quais as que não melhoraram</p> <p>11. O que gostaria de ver melhorado</p>	
INDÚSTRIA	E	Proprietários	de	Verificar a acção do governo	1. Qual o apoio concedido no financiamento

COMÉRCIO		estabelecimentos comerciais e pequenas indústrias	em matéria de apoio à expansão da rede comercial e industrial. (ex. Se beneficiaram de apoios no âmbito do FARE [Fundo de Apoio a reabilitação Económica])	<p>da actividade comercial e pequena indústria</p> <p>12. As mulheres tem sido beneficiárias desse apoio? Essas mulheres são poucas ou muitas?</p> <p>2.</p> <p>3. Tipo de necessidades e qual a resposta das autoridades</p> <p>4. Quais as dificuldades e facilidades de abastecimento em produtos de 1ª necessidade e de investimento social (materiais de construção, bicicletas, enxadas, etc.)</p> <p>5. Qual a oscilação ou controle de preços?</p> <p>6. Como é que funciona a rede de comercialização</p> <p>7. Como é que funciona o sistema de segurança alimentar?</p> <p>8. Nos últimos 5 anos: que melhorias foram registadas/ em que áreas e quais as que não melhoraram</p> <p>9. O que gostaria de ver melhorado</p>
----------	--	---	--	---

SAÚDE	<ol style="list-style-type: none"> 1. A melhoria do acesso e da qualidade dos cuidados de saúde primários (saúde materno-infantil e saúde de jovens) e o combate as grandes endemias (malária, TB e lepra) e ao HIV/SIDA 2. Expandir a rede sanitária e desenvolver os recursos humanos assim como aperfeiçoar o planeamento e métodos de gestão no Sector da Saúde 	Chefe do posto de saúde	Visão de toda a acção do governo no sentido de alargar a assistência a todos os cidadãos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual o nível de expansão da rede sanitária 2. Quais as doenças mais frequentes e se há capacidade de resposta 3. Qual o acesso aos medicamentos, incluindo Anti-retrovirais 4. Qual o grau de prevenção e combate contra a Malária, Tuberculose, Lepra e HIV/SIDA 5. Qual o nível de disponibilidade dos médicos e serviços de maternidade, ambulâncias, farmácias, etc. 6. Qual o nível de intervenção e participação comunitárias 7. Qual a articulação entre a saúde moderna e tradicional 8. Como funciona o sistema alternativo de saúde (parteiras tradicionais, Agente polivalente comunitário) 9. Está havendo muitas ou poucas mortes na área? Porquê? Compare com os últimos 5 anos 10. O que gostaria de ver melhorado?
		Enfermeiro		
		Líder religioso	Verificar como é percebida a acção do governo nesta matéria	
		Médico tradicional		

ACÇÃO SOCIAL		Técnicos da Acção social	Visão das acções levadas a cabo pelo governo nesta área	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que acções tem sido levadas a cabo para atender a população vulnerável 2. Que impacto existe da integração dos velhos, mulheres, crianças, doentes mentais e portadores de deficiência
		Potenciais beneficiários dos programas de acção social (pessoas portadoras de deficiência, idosos, crianças)	Visão de como o programa nesta área é percebido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Beneficiou de algumas acções da acção social? Quais? 2. Nos últimos 5 anos: que melhorias foram registadas/ em que áreas e quais as que não melhoraram 3. O que gostaria de ver melhorado
DESPORTO		Dirigentes Jogadores técnicos de clubes	Visão da acção do governo nesta área (cursos de formação, reabilitação de infra-estruturas, etc.)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Houve investimento em infra-estruturas desportivas na área? Quem financiou? Qual a acção do governo? 2. Há competição desportiva local? Quem intervém (sector privado, associativo) 3. Nos últimos 5 anos: que melhorias foram registadas/ em que áreas e quais as que não melhoraram 4. O que gostaria de ver melhorado
BOA		Autoridade da aldeia	Obter uma visão geral da área	<ol style="list-style-type: none"> 1. Há criação de espaços públicos (campos de

<p>GOVERNAÇÃO, LEGALIDADE E JUSTIÇA, DESCENTRALIZAÇ ÃO E DESCONCENTRAÇ ÃO</p>		<p>(governo) Autoridade tradicional Chefe do posto administrativo</p>	<p>de estudo</p>	<p>futebol, bibliotecas, cinemas, etc.) 2. Como está o combate a criminalidade? 3. Como classifica o estágio da justiça (tribunais, procuradorias) 4. Qual a apreciação que faz entre o nível de contribuição e a melhoria dos serviços? 5. Nos últimos 5 anos: que melhorias foram registadas/ em que áreas e quais as que não melhoraram 8. O que gostaria de ver melhorado</p>
---	--	---	------------------	---

<p>INFRA-ESTRUTURAS</p>	<p>ESTRADAS</p>	<p>Aumentar a cobertura das vias de acesso, com prioridade para aquelas que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. permitam que as regiões pobres, isoladas e com potencial agrícola, tenham acesso aos mercados nacionais. 2. ajudem a expansão dos mercados. 3. produzam impacto na redução dos custos de transporte 4. promovam o desenvolvimento dos principais corredores 	<p>Autoridade da aldeia (governo) Autoridade tradicional Chefe do posto administrativo</p>	<p>Obter uma visão geral da área de estudo</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual a situação das vias de comunicação: há transitabilidade em tempos de chuva? 2. Há melhoria no sector de transporte público?
-------------------------	-----------------	--	--	--	--

	<p>ÁGUA E SANEAMENTO</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a utilização sustentável da água. 2. incrementar o abastecimento de água potável e provisão de saneamento das zonas urbanas a baixos custos 			<ol style="list-style-type: none"> 1. Foram construídos muitos furos /poços nos últimos anos? 2. Como é que é feita a gestão dos mesmos? 3. Como é que é a acessibilidade aos mesmos? 4. Qual a qualidade de água? 5. Como está o sistema de saneamento?
--	--------------------------	--	--	--	---

	ENERGIA	<p>1. Expandir o acesso das fontes energéticas à população, reduzindo o impacto ambiental do uso de fontes não renováveis</p>			<p>6. O que gostaria de ver melhorado?</p> <p>7. Que tipo de fontes energéticas as pessoas mais usam? (lenha, carvão, petróleo de iluminação, etc.)</p> <p>8. Como é que está a electrificação?</p> <p>9. Como é que é o acesso a energia eléctrica? Compare a situação dos últimos 5 anos</p>
--	---------	---	--	--	--

ANEXO 3: GUIÃO PARA GRUPOS FOCAIS

1. Categoria: líderes de opinião da comunidade, médicos tradicionais, líderes religiosos, educadores, pessoal da saúde, líderes de organizações baseadas na comunidade, por exemplo associações locais de camponeses, mulheres chefes de agregados familiares, organizações de jovens.

2. Número de participantes: 8 a 10. Um grupo focal por distrito.

3. Percepções sobre a pobreza
 - 3.1. Quem são os pobres dentro da comunidade? Porquê?

 - 3.2. No período compreendido entre 1995/6 a 2005 como é que avaliam a situação da pobreza na vossa localidade? Melhorou? Piorou? Porquê?

 - 3.3. Na vossa opinião, o que é que deveria ser feito para melhorar a situação dos mais pobres na vossa localidade?

4. Instituições, Intervenção e Participação
 - 4.1. Como é que são tomadas as principais decisões (políticas, económicas, sociais) na vossa localidade. Quem decide por exemplo sobre o que é necessário construir (escola, hospital, etc.)

 - 4.2. Qual é a vossa opinião sobre o funcionamento das instituições tais como a polícia, os tribunais comunitários, o posto administrativo

ANEXO 4: DESCRIÇÃO DA EQUIPA DE PESQUISA

A principal equipa de pesquisa do Estudo Qualitativo sobre a Pobreza integra cinco (5) docentes-investigadores, com diferentes áreas de especialização em ciências sociais e humanas.

Alexandre Alberto Mate (M.A.): Actualmente é o Chefe do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane desde 1999. É docente de Antropologia Social há mais de 10 anos e obteve o grau de Mestrado em Antropologia Social em 1997 na University of Manchester. Possui uma Licenciatura em História pelo então Instituto Superior Pedagógico (actual Universidade Pedagógica) tem uma vasta experiência de pesquisa sobre os modos de vida rurais em Moçambique. Igualmente tem trabalhado sobre o movimento sindical em Moçambique, a segurança alimentar nas áreas rurais, a educação e transformação curricular na África Austral, identidades, impacto do HIV/AIDS nas crianças órfãs e vulneráveis, sociedades costeiras, etc.

Joel das Neves Tembe (Ph.D): Dr. Tembe é actualmente o Director do Arquivo Histórico de Moçambique. É Professor Auxiliar no Departamento de História da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane há mais de 10 anos e obteve o seu Doutoramento (Ph.D) em História Social do SOAS – University of London. Possui uma larga experiência em pesquisa social qualitativa. Conduziu estudos na zona centro e sul de Moçambique, no Zimbabwe (Harare, Matabelaland, Mutare), Kenya (Nairobi), Tanzania (Dar-es-Salam), Portugal, Estados Unidos da América e Reino Unido. A sua pesquisa tem se concentrado sobre história política, económica e social, estudos de desenvolvimento, estudos socioculturais com ênfase nas dinâmicas transfronteiriças; educação e desenvolvimento curricular.

Carlos Arnaldo (Ph.D): O Doutor Carlos Arnaldo doutorou-se em Demografia pela Universidade Nacional da Austrália (Australian National University) em 2003, tem um mestrado em Estudos Populacionais (Master of Population Studies) pela Universidade Nacional da Austrália em 1999, e licenciou-se em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane em 1996. É especialista em questões de população, sobretudo aqueles relacionados com análise e estimativas demográficas,

determinantes próximos da fecundidade, Fecundidade, saúde reprodutiva, nupcialidade e planeamento familiar e está envolvido em vários projectos de investigação na área do HIV/SIDA em Moçambique desde o início do ano passado. É docente no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane há mais de 7 anos e é investigador no Centro de Estudos de População onde já realizou ou participou em projectos de investigação nas áreas acima mencionadas e sobre HIV/SIDA em Moçambique. Igualmente, tem conduzido pesquisa qualitativa usando focus group discussion e in-depth interviews.

Johane Zonjo (Licenciado): Docente-investigador do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane desde 1999 e colaborador do Centro de Estudos de População, encontra-se a preparar a submissão da sua dissertação de Mestrado em Antropologia Aplicada na University of Cape Town. Possui uma licenciatura em História pela UEM e tem focalizado a sua pesquisa sobre as questões de acesso, posse e conflito de terras na zona centro do país. Constituem igualmente áreas do seu interesse de pesquisa, temas como as percepções sociais da malária, questões de etnicidade e racismo, os refugiados e a população migrante de Moçambique, deficientes físicos, entre outros.

José Laimone Adalima (Licenciado) - Docente-investigador no Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane desde 2002. É bacharel em Ciências Sociais e licenciado em Antropologia pela UEM. Para além desta formação académica frequentou cursos práticos ligados as ONG's em 2 áreas temáticas, nomeadamente gestão de conflitos e HIV/SIDA. Possui experiência de trabalho com ONG's nacionais e estrangeiras com as quais tem estado a trabalhar nos últimos anos em estudos e pesquisas (feitos nas comunidades) direccionadas para ajudar a desenvolver estratégias de intervenção em diferentes contexto temáticos e geográficos. Tem interesses no debate sobre a problemática da corrupção em Moçambique numa perspectiva antropológica, área sobre a qual pretende aprofundar ao nível do mestrado.

Emídio Vieira Salomone Gune (Licenciado) - Docente-investigador no Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da

Universidade Eduardo Mondlane desde 2002. É bacharel em Ciências Sociais e licenciado em Antropologia pela UEM. Tem, desenvolvido pesquisa e divulgação das mesmas nas áreas da saúde e doença, educação e cultura, boa governação, cidadania e participação da sociedade civil e questões de desenvolvimento, com ênfase para o contexto moçambicano. Para além desta formação académica, frequentou cursos práticos ligados a metodologias e técnicas de pesquisa, incluindo o manejo de pacotes informáticos para análise de dados. Presentemente tem estado a desenvolver um projecto de pesquisa na área de Saúde, Cultura e Sexualidade a ser desenvolvido ao nível do mestrado.

ANEXO 5: COMPOSIÇÃO DAS EQUIPAS DE PESQUISA (INVESTIGADORES PRINCIPAIS E ASSISTENTES) E A SUA DISTRIBUIÇÃO PELAS PROVÍNCIAS, DISTRITOS E RESPECTIVOS POSTOS ADMINISTRATIVOS E LOCALIDADES, DURANTE AS DUAS FASES.

PROVÍNCIA	ITEM						
	1ª FASE		2ª FASE		DISTRITOS	P. ADMIN.	LOCALIDADES
	INVESTIG.	ASSISTENTES	INVESTIG.	ASSISTENTES			
SOFALA	Johane Zonjo	Edson Godinho	José Adalima	Cláudio Zimba	Chibabava	Muxunguè	Mucheve
		Luis Osvaldo		Edson Godinho			Pandja
						Goonda	Hamamba
							Mutindiri
					Beira	Posto nº 3	Chingussura
							Vila Massane
						Posto nº 2	Munhava Managa
							Chota
	Emídio Gune	Francisco Pantie	Danúbio Lihahe	Francisco Pantie	Cheringoma	Inhaminga	Mazamba
		Rildo Rafael		Rildo Rafael			Maciamboza

						Inhamitanga	Chirimadzi
							Matondo
					Nhamatanda	Tica	Cheadea
							Lamego
						Nhamatanda-sede	Metuchira
							Siluvo
INHAMBANE	Alexandre Mate	Valdemar Massassa	Alexandre Mate	Valdemar Massassa	Massinga	Massinga-sede	Rovene
		José Dias		Ruben Taibo			Lihondzuane
						Chicomo	Chicomo-sede
							Malamba
					Funhalouro	Tome	Tome-sede
							Tsenane
						Funhalouro	Mavume
							Manhiça
	Joel Tembe	Rafael da Câmara	Joel Tembe	Rafael da Câmara	Zavala	Quissico	Quissico

		Félix Munjovo		Félix Munjovo			Mavila
						Zandamela	Maculuve
							Guilundo
					Maxixe		Bembe
							Chambone
							Nhamachacha
							Nhabanda